



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - CAEN
MESTRADO PROFISSIONAL

MÁRCIA DE AZEVEDO FRANCO DANTAS

**GESTÃO PÚBLICA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA SOBRE AS
IMPROBIDADES ADMINISTRATIVAS NOS MUNICÍPIOS CEARENSES**

FORTALEZA – CE
2009

MÁRCIA DE AZEVEDO FRANCO DANTAS

GESTÃO PÚBLICA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA SOBRE AS
IMPROBIDADES ADMINISTRATIVAS NOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), Mestrado Profissional – Economia de Empresa, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.
Orientador: Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes

FORTALEZA – CE
2009

MÁRCIA DE AZEVEDO FRANCO DANTAS

**GESTÃO PÚBLICA: UMA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA SOBRE AS IMPROBIDADES
ADMINISTRATIVAS NOS MUNICÍPIOS CEARENSES**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN),
Mestrado Profissional – Economia de Empresa, da Universidade Federal do Ceará, como
requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.

Aprovada em: 10/07/2009.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ronaldo de Albuquerque e Arraes (Orientador)

UFC/CAEN

Prof. Dr. Almir Bittencourt da Silva

UFC/CAEN

Prof. Dr. Andrei Gomes Simonassi

UFC/CAEN

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, a Deus, que sempre me guia pelos melhores caminhos.

Ao meu maravilhoso marido, amigo e companheiro de todas as horas, que soube compreender e apoiar as várias horas e fins de semanas dedicados aos estudos.

Com justiça ao meu orientador, professor Ronaldo Arraes, que compartilhando seus conhecimentos, muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Aos professores Almir Bittencourt e Andrei Simonassi, membros da Banca Examinadora, pelas valiosas sugestões no aprimoramento da pesquisa.

A todos meus amigos, em especial ao Roger Mendes pela ajuda em várias etapas deste curso de Mestrado.

“O que mais preocupa não é o grito dos violentos, nem dos corruptos, nem dos desonestos, nem dos sem-caráter, nem dos sem ética. O que mais preocupa é o silêncio dos bons.”

Martin Luther King

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é investigar os determinantes para o cometimento de atos de improbidades administrativas, bem como a persistência temporal desses atos, nos municípios do estado do Ceará. Aliada à carência de estudos na literatura, a relevância desta investigação se apóia nos elevados índices de improbidades observadas nos municípios nas diversas áreas da gestão pública, chegando atingir cerca de 40%, segundo dados oficiais extraídos do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará. Com base em modelos de escolha discreta, buscou-se mapear perfis desses municípios, a partir de testes com várias variáveis identificadas pelo tamanho econômico, tamanho fiscal e nível de endividamento, que por meio de seus agentes públicos cometem atos ímprobos. A pesquisa resultou na comprovação da persistência de improbidades no período estudado, de 2002 a 2004. Contudo, não foi possível detectar características comuns entre esses municípios para todo o período, o que mostra que essas irregularidades são cometidas por municípios com características heterogêneas, independente de padrões específicos. Buscou-se igualmente destacar o relevante papel da gestão pública no combate à corrupção, na prática de uma burocracia equilibrada entre legalidade e eficiência e na qualidade político-institucional.

Palavras-chave: Gestão Pública; Improbidade Administrativa; Corrupção; Burocracia; Qualidade Político-Institucional.

ABSTRACT

Investigating the determinants for the occurrence of administrative improbity acts, as well as the persistency of such acts in the municipalities of the State of Ceará, is the main focus of this investigation. Besides the scarcity of studies in the literature, the relevance of this investigation is supported by the high improbity proportion testified in the municipalities among the diverse sectors of the public administration which account for over 40%, according to official data from State Bureau for Municipality Accounting (TCM-CE) in the period 2002-2004. Based upon discrete choice models, a profile of the municipalities was done from testing several variables identified by economic size, fiscal account size and public debt, which might conduct to irregular acts by the public administrators. The results led to the conclusion that there is indeed evidence for persistency of dishonesty acts in the municipalities' accountings in the period of analysis. Yet, it was not possible to identify common pattern of improbity acts among the municipalities for the entire period, although they do occur randomly, regardless of specific features. Also, the research sought to highlight the important role of public administration in fighting against corruption, in practicing a bureaucracy balanced between legality and efficiency, and providing solid political institutions.

Key-words: Public Management; Administrative Improbity; Corruption; Bureaucracy; Political-Institutional Quality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA. Ciclo de governança governamental.....	20
QUADRO 1. Recomendações IFAC (2001)	22
QUADRO 2. Limites para a despesa com pessoal incidentes sobre a Receita Corrente Líquida.....	28
QUADRO 3. Áreas selecionadas do governo e descrição das variáveis dependentes	32
QUADRO 4. Descrições e fontes das variáveis explicativas	33
TABELA 1. Resultados amostrais para a proporção de ocorrência de improbidade nas áreas da gestão pública municipal, 2002 – 2004	34
TABELA 2. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas para Y1 e Y2....	35
TABELA 3. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas para Y3 e Y4....	35
TABELA 4. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas – Ano 2003	35
TABELA 5. Probabilidade de ocorrência de improbidades (Ano 2004)	36
TABELA 6. Probabilidade de ocorrência de continuidade das improbidades (Ano 2004) das variáveis significantes.....	36
TABELA 7. Probabilidade de ocorrência de improbidades (Ano 2003)	37
TABELA 8. Efeitos econômicos e fiscais relevantes sobre os níveis de improbidades, 2002 – 2004	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
2. BREVE HISTÓRICO DA HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA.....	11
3. AS MÁS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	13
3.1. Corrupção	13
3.1.1.A Luta Normativa no Combate à Corrupção.....	14
3.2. Burocracia	15
3.3. Eficiência Institucional.....	17
4. GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA.....	19
4.1. Governança na Gestão Pública Segundo o IFAC	21
4.2. A Nova Gestão Pública	22
5. O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS	24
5.1. Objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	25
5.2. O Controle dos Gastos com Pessoal	27
5.3. Limites Mínimos de Gastos com Educação e Saúde.....	28
6. METODOLOGIA.....	30
7. ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
8. CONCLUSÃO.....	39
9. REFERÊNCIAS	41
ANEXO A.....	44
ANEXO B.....	45

1 - INTRODUÇÃO

Não é recente o anseio social por uma administração pública verdadeiramente pautada na ética, em valores morais e livre de corrupção. Isso se deve, em sua essência, à malversação da coisa pública, tão enraizada ao longo dos anos. Da corrupção, não só resulta a má gestão pública, como também uma grande indignação popular que potencializa a criação de leis como a 8.429/92, conhecida como “A Lei da Improbidade Administrativa”. Esta lei nos remete, sobretudo, a dois princípios constitucionais que devem ser obedecidos pelos gestores públicos, a legalidade e a moralidade.

O agente público probo é aquele que age segundo a moralidade, a honestidade, a boa fé, a ética; ou seja, é aquele que contribui para a boa gestão pública, evitando o desvio de funções, a ineficiência e a inidoneidade do administrador público. Carraro (2003) explica que a corrupção engloba uma diversidade de ações que vão desde simples desvios de conduta, como uma trapaça, até a presença do crime organizado em diversos níveis da administração pública.

Ao longo dos anos, a corrupção tem motivado, além deste, o trabalho de diversos pesquisadores das áreas de sociologia, ciência política e economia. Pesquisas, como as realizadas por Mauro (1995) e Tanzi (1997), resultaram na comprovação que a corrupção afeta negativamente a taxa de crescimento da renda per capita e a qualidade de infra-estrutura, o que relaciona a corrupção como causa não só de problemas sociais, como também econômicos que prejudicam a qualidade político-institucional.

Outros trabalhos buscam mensurar a corrupção no setor público, como o realizado por Reinikka e Svensson (2003) que enfatiza, a nível microeconômico, que a corrupção pode sofrer três abordagens: (i) rastreamento dos gastos públicos, na tentativa de determinar se os recursos atingiram suas destinações originais; (ii) análise das prestações de serviços, como forma de medir a eficiência dos gastos públicos; (iii) a coleta de dados ao nível das firmas, já que os dados agregados apresentariam pouca informação sobre a relação entre corrupção e os agentes individuais.

A ciência econômica é aceita como um estudo que envolve processos de decisões relacionadas a restrições (escassez e custo de oportunidade) e não deve ser desconsiderada em estudos sobre corrupção, principalmente devido a aplicabilidade de métodos econômicos nas análises.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta uma contribuição para a literatura da corrupção ao abordar os atos de improbidades administrativas cometidos pelos gestores públicos municipais cearenses no período de 2002 a 2004 e objetiva investigar a possibilidade de mapeamento de tais atos, tanto por um diagnóstico de continuidade de infrações como a identificação de perfis econômicos e fiscais das mesmas. No primeiro caso, desenvolvem-se cenários buscando identificar fatores fiscais e econômicos que dimensionem as ocorrências de improbidades em áreas específicas da gestão pública municipal. No segundo caso, busca-se testar a ocorrência de persistência no cometimento de infrações ao longo do período. Para a consecução desses objetivos foram construídos modelos econométricos de escolha discreta, já que os fenômenos investigados apresentam-se sob a forma binária.

Utilizou-se uma base de dados disponibilizada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará (TCM-CE), juntamente com dados fiscais capturados do sistema FINBRA da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e dados econômicos divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). Por motivo de convergência de dados, já que a STN não apresenta informações financeiras de todos os 184 municípios cearenses, foi possível abranger nesta pesquisa 155 municípios.

Além desta introdução, o trabalho está organizado da seguinte forma: na próxima sessão são apresentadas as raízes da cultura corruptível brasileira e a motivação dos agentes envolvidos na corrupção por intermédio da teoria microeconômica dos *rent-seekers*. Na terceira sessão destacam-se pilares da boa gestão e na sessão seguinte, a contribuição das práticas da Governança Pública para o aprimoramento da máquina estatal. Na quinta sessão mostra-se a nova cultura gerencial gerada com a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Na sexta e sétima sessões discutem-se, respectivamente, a metodologia e a análise empírica dos resultados, e por último, responde-se ao objetivo proposto, na conclusão deste trabalho.

2 – BREVE HISTÓRICO DA HERANÇA COLONIAL BRASILEIRA

Vários estudos sobre a formação econômica indicam que o modo de colonização do povo brasileiro muito explica as atuais deficiências institucionais. Acemoglu et al (2004) relatam que locais onde se tornava vantajoso para os europeus criar instituições que favoreciam a extração de recursos são locais que possuem as chamadas “más instituições”. Por outro lado, as colônias tidas como inadequadas para a extração rápida de recursos, tiveram uma colonização no sentido de prover o desenvolvimento da economia local e não apenas com o intuito de explorar povos nativos ou favorecer atividades extratoras dominadas por pequenos grupos. Nestes locais, que os autores apontam como inicialmente pobres à época da colônia, são aqueles que, pela própria necessidade de crescimento, deram origem às “boas instituições”.

Ainda nessa mesma linha de pensamento, Naritomi, Assunção & Soares (2007) explicam que municípios cujas origens são remetidas ao ciclo colonial da cana-de-açúcar – ciclo este caracterizado por uma estrutura sócio-econômica polarizada e oligárquica – apresentam, nos dias atuais, mais desigualdades na distribuição de terra. Já os municípios cujas origens estão ligadas ao ciclo colonial do ouro – caracterizado por um excesso de burocracia e forte presença da interveniência portuguesa – apresentam hoje menos acesso à justiça e as piores práticas de governanças.

A herança colonial pode ser usada para explicar várias deficiências institucionais, principalmente a corrupção. A idéia de corrupção e suas diversas definições englobam uma noção de ilegalidade, desmoralização e suborno que acompanham a história do povo brasileiro. Faoro (2001) relata que, no período colonial, quando o Brasil representava patrimônio da coroa portuguesa, surgiram práticas patrimonialistas que criaram raízes em nosso território. Essas práticas determinaram a formação, o desenvolvimento e o próprio modo de funcionamento do nosso Estado. A cultura patrimonialista demonstrava que não havia limites entre o público e o privado, o que representa um dos elementos culturais mais importantes da corrupção no Brasil.

A teoria microeconômica também oferece alguns elementos para a compreensão da corrupção por meio da análise da motivação dos agentes envolvidos, relacionando-os com os *rent-seekers*, os quais buscam atividades em que só eles obtêm lucro, não agregam valor, apenas tentam capturar parcelas de receitas nacionais via privilégios ou monopólios. Os

principais precursores dessa teoria são Krueger e Tullock¹ (apud Silva., 1996). Por meio de uma das funções do Estado, que é a redistributiva, o Estado pode remover renda de um grupo da sociedade e transferí-la para outro grupo, justamente nesse momento surgem os *rent-seekers* – eles tentam influenciar o Estado para capturar parcelas da renda nacional e procuram maximizar seus retornos, fazendo com que seus esforços individuais gerem perda social, ao invés de excedente social.

Huntington² (apud Pereira, 2004) enfatiza que os agentes tendem a usar o poder para o próprio enriquecimento quando as oportunidades políticas superam as econômicas e quando, ao contrário, as oportunidades econômicas excedem as políticas, os agentes tendem a usar suas riquezas para comprar poder político. E são, justamente, essas diferentes correlações entre as forças econômicas, as forças políticas e as motivações dos *rent-seekers* que perpetuam a corrupção.

Vários pesquisadores e analistas da corrupção concordam, explícita ou implicitamente, que os agentes envolvidos em corrupção são típicos *rent-seekers*, que visam maximizar seus ganhos ao explorar deficiências institucionais, como a burocracia, o baixo desempenho dos governos e até a má qualidade na prestação de serviços públicos. Para complementar a análise dessas deficiências, o próximo tópico abordará as más instituições políticas.

¹ KRUEGER, A. O. **The political economy of rent-seeking**. American Economic Review, 64, 1974.

TULLOCK, G. **The welfare costs of tariffs, monopolies and theft**. Western Economic Journal, 5, 1967.

² HUNTINGTON, S. P. **Political order in changing societies**. New Haven: Yale University Press, 1968.

3 - AS MÁS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

A análise das instituições políticas está condicionada a vários fatores: ascendência das instituições formais, marcos legais, rotinas organizacionais, estruturas governamentais e o papel dessas estruturas nos processos políticos, propriamente ditos.

Codato (2009), apresenta três versões diferentes para a definição de instituições:

- Instituições como normas e valores que abrangem sistemas simbólicos e modelos morais que não só estipulam o funcionamento das organizações, mas também determinam o comportamento dos indivíduos;
- Instituições podem ser também sistemas de regras e incentivos, a partir dos quais indivíduos, com base em cálculos estratégicos, a respeito de certas conveniências, definem suas preferências e tentam maximizar seus interesses;
- E ainda, instituições designando simplesmente instituições formais, como por exemplo, as instituições políticas, incluindo procedimentos burocráticos, estruturas governamentais, aparelhos estatais e normas constitucionais.

Será abordado neste tópico um pouco de cada uma dessas instituições – os modelos morais representados pela Corrupção, os sistemas de regras e incentivos representados pela Eficiência e as instituições formais representadas pela Burocracia – que uma vez constituídas, têm impacto decisivo sobre o comportamento dos agentes inseridos no sistema político.

3.1 – Corrupção

Corrupção é entendida como a busca pela riqueza privada, por algum representante de autoridade pública, ao fazer uso de recursos públicos. Este fenômeno tem raízes profundas e históricas ligadas à nossa formação. Holanda (1986) ensina que o modelo de Estado e sociedade desenvolvido no Brasil assemelhava-se à cultura política portuguesa. Essa herança rural e patriarcal baseada no personalismo produziu uma dificuldade de separar o público do privado e de se criar regras impessoais de sociabilidade.

No Brasil, o entendimento do termo público sempre foi utilizado de forma equivocada devido a falta de visão ampla no sentido social, voltando-se sempre para o pessoal. Nesse cenário, onde a coisa pública a ninguém pertence, que está a raiz da corrupção.

A corrupção é um grande entrave para a economia; sobretudo, porque reduz as receitas, aumenta os gastos públicos e, de acordo com Mauro (1997), eleva o custo de investimento pois desestimula o investidor privado ao elevar a incerteza quanto ao seu sucesso.

Ao se analisar as ações corruptas com relação aos seus custos e ganhos, percebe-se que um indivíduo tende a se corromper quando o benefício de seus atos for maior que o valor que terá que pagar caso seja descoberto e punido, ele age de acordo com a possibilidade de ganho e a probabilidade de ser descoberto.

Carraro (2003) relata que uma grande dificuldade é a definição clara das formas com que a corrupção se manifesta na sociedade, ela envolve, sobretudo, a realização de um dos seguintes crimes: suborno, desfalque, fraude, extorsão e favoritismo, que pela via política é conhecido como nepotismo. E não deve ser entendida como um simples problema de caráter pessoal pois, neste caso, haveria uma simplificação, já que a demissão do servidor corrupto resolveria o problema. O autor relata que a corrupção se sustenta nos excessivos procedimentos legais que regulam a alocação de verbas públicas e no próprio funcionamento institucional.

A democracia permite que qualquer cidadão exija maior eficiência e responsabilidade, no uso dos recursos públicos, daqueles que executam as políticas governamentais. A busca pelo aprimoramento e cumprimento das normas, contra a corrupção, deve ser constante e visar um maior rigor na punição daqueles que contribuem para a falta de comprometimento com a sociedade no serviço público.

3.1.1 A Luta Normativa no Combate à Corrupção

Ao longo de nossa história, várias foram as manifestações no sentido de se alcançar uma boa administração pública. Nosso próprio sistema normativo representa algumas dessas manifestações, que buscavam e buscam proteger o interesse público de atos abusivos .

A Constituição da República de 1946, em seu artigo 146, estatuiu que “a lei disporá sobre o seqüestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou emprego em entidade autárquica.”

A Constituição de 1967, alterada pelas emendas 1/69 e 11/78, no artigo 153, §11, previa que a lei disporia “sobre o perdimento de bens por danos causados ao erário ou no caso de enriquecimento ilícito no exercício da função pública.”

A nossa atual Carta Magna inseriu no art. 37 o princípio da Moralidade ao qual deverá se submeter toda a Administração Pública. Em respeito a esse princípio, foi inserido no artigo 5º, inciso LXXIII, a propositura da Ação Popular. O artigo 37 §4º estabelece que “os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.”

Para Ferracini (1997), entende-se por ato de improbidade, má qualidade, imoralidade, malícia. Juridicamente lega-se ao sentido de desonestidade, incorreção, má conduta, má índole, mau caráter.

Enfim, entre outros atos normativos que primam pelo controle social repressivo sobre as infrações cometidas por agentes públicos, destaca-se a Lei 8.429/92, conhecida como “A Lei da Improbidade Administrativa”, que foi criada justamente para regulamentar o §4º do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Esta lei define que qualquer agente público (em sentido amplo) ou qualquer pessoa que induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie por qualquer forma direta ou indireta são passíveis de sanção pela prática de atos de improbidade.

O avanço trazido pela promulgação da Lei 8.429/92 é incontestável. Ela representa o principal instrumento legislativo da história para o combate à corrupção administrativa e defesa do patrimônio público pela sociedade. Osório (2007, p.181), define a Lei 8.429/92 como “um Código Geral de Conduta, com normativa jurídica, força coercitiva cogente, alcance nacional e balizador de todo o setor público, em suas vertentes fundamentais.”

Percebe-se, portanto, uma busca no sentido de banir a tolerância pelos atos ímprobos praticados por aqueles que detém o poder; atos estes que geram prejuízos, muitas vezes, incalculáveis, para toda a sociedade. Di Pietro (2004) relata que a clara definição dos atos de improbidade e a inclusão do princípio da Moralidade na Constituição são reflexos da preocupação com a ética na Administração Pública e com o combate à corrupção.

3.2 Burocracia

Max Weber (1982, p.230) destaca que “a burocracia segrega a atividade oficial como algo distinto da esfera da vida privada. Os dinheiros e o equipamento público estão divorciados da propriedade privada da autoridade.” Nesta concepção, a noção de burocracia agrega ao estado uma função moral, digna e uma vinculação à atuação proba do agente.

Ainda de acordo com Max Weber (1982), a estipulação de normas gerais e abstratas evita decisões casuísticas das questões concretas e impede favores e privilégios individuais característicos do patrimonialismo. Moreira ³ (2005 apud Castro, 2007, p.62) corrobora com o pensamento de Max Weber e argumenta que:

Não é preciso esforço para ligar o modelo burocrático ao paradigma cartesiano, cujos postulados são a objetividade, o mecanismo, a precisão matemática e o reducionismo, princípios estes que serviram de suporte para teoria da administração científica de Taylor (racionalização, simplificação, padronização e atomização. [...] Em suas origens a Administração Pública sofreu a influência da administração científica de Taylor, tendendo à racionalização e aquisição racional de materiais, revisão de estruturas e aplicação de métodos na definição de procedimentos além da instituição da função orçamentária enquanto atividade formal e permanentemente vinculada ao planejamento.

Castro (2007) ressalta que o modelo burocrático é um modelo satisfatório sob a ótica estrutural e, quando bem implementado apresenta bons resultados para a Administração, já que induz ao distanciamento da coisa pública do patrimônio do gestor e proporciona forte entrave ao individualismo na gestão administrativa.

Contudo, a burocracia idealizada por Max Weber (1982) enfrenta grandes dificuldades, principalmente quanto ao excesso de formalismo e à demora na realização de atividades materiais do Estado. Esses entraves próprios da burocracia servem para estagnar seu crescimento e fazer surgir novas formas de gerir a coisa pública. Nesse contexto, Castro (2007, p.64) afirma:

Não se exige, entretanto, ir além de uma verificação superficial, imediata, para concluir que o modelo racional burocrático, como regra, já não propicia uma boa administração pública. O fechamento em si mesmo, o distanciamento da realidade, o excesso de regulamentos, a auto-referência, a rigidez, a subobjetivação, a fragmentação, o alto custo e a ineficiência são alguns indicadores de seu esgotamento.

A fragmentação e a subobjetivação (reducionismo), seus maiores inconvenientes, são frequentes nas atividades funcionais, limitadas pela especialização e pelas fronteiras departamentais. O mesmo fenômeno é observado na atividade orçamentária, e, que a rígida especificação em rubricas de despesa pulveriza os recursos e amarra a ação do administrador. O formalismo, por sua vez, não raro serve de escudo para fraudes, especialmente em licitações. Até a louvável estruturação dos recursos humanos em carreiras, com a acentuação sobre os direitos do cargo, mesmo na opinião de Max Weber, torna difícil preencher os postos pelo critério da eficiência técnica e reduz, por isso, as oportunidades dos candidatos ambiciosos. É característica da burocracia o salário medido não em termos de trabalho feito, mas de acordo com a hierarquia, ou seja, segundo o tipo de função (ou grau hierárquico) e, além disso, possivelmente, segundo o tempo

³ MOREIRA, J. B. G. **Direito administrativo: da rigidez autoritária à flexibilidade democrática**. Belo Horizonte: Fórum, 2005.

de serviço; [...] o ótimo relativo para o êxito e manutenção de uma mecanização rigorosa do aparelho burocrático é proporcionado por um salário certo, conjugado à oportunidade de uma carreira que não depende de simples acaso e arbítrio. Se propicia segurança e independência funcional, este fator, por outro lado, torna nulo ou diminui um dos mais importantes meios de motivação no trabalho.

Montoro Filho (2007) explica que para haver desenvolvimento econômico, uma condição imprescindível é que exista um bom ambiente de negócios. Não sendo esta uma condição suficiente, mas necessária. Sem um bom ambiente de negócios, é praticamente impossível haver crescimento. E para se ter um bom ambiente de negócios, precisa-se, fundamentalmente, daquilo que se chama segurança jurídica, ou seja, que existam boas regras e que estas sejam cumpridas. Contudo, o excesso de burocracia, acaba prejudicando o próprio cumprimento das regras.

O que podemos observar no Brasil é um fenômeno cumulativo: impõe-se uma regra e cria-se um mecanismo para assegurar o seu cumprimento. Ao se perceber que o mecanismo criado não funciona, cria-se mais um mecanismo e assim por diante. O que acaba gerando uma situação extremamente danosa à economia.

Esse excesso de burocracia, o burocratismo, aumenta a propensão a transgredir, pela dificuldade do cumprimento das regras e, ao mesmo tempo, aumenta os riscos do investimento. Ainda para Montoro Filho (2007), a atividade econômica, em geral, depende da expectativa de retorno, deduzida das expectativas de risco. Em um país onde exista muita burocracia, e, portanto, um aumento da propensão a transgredir, reduz-se a atratividade dos investimentos e, por consequência, o crescimento econômico, ou seja, o grande prejuízo que esse excesso de regras gera para a economia e para a sociedade impõe um grande custo social.

3.3 Eficiência Institucional

Há um consenso na literatura econômica sobre a relação entre crescimento econômico sustentável, acumulação de capital humano, investimento em infra-estrutura e progresso tecnológico com a qualidade político-institucional. Arraes e Teles (2000) descrevem que a qualidade político-institucional pode ser medida pela liberdade civil, diferenças burocráticas, instabilidade política, corrupção, dentre outros fatores. Ressalta-se a fundamentação de um nível tributário ótimo para um dado nível de eficiência governamental, onde governos grandes devem apresentar elevada eficiência, sendo a economia penalizada, no

caso contrário, pela formação de deseconomias de escala. Essa explicação é importante para o entendimento que uma economia marcada por instituições fracas e de má qualidade culmina na elevação improdutiva do setor governamental.

Como bem destacam Arraes e Teles (2000, p.4):

A relação existente entre qualidade institucional e crescimento econômico é comumente explicitada sob duas abordagens. A primeira relaciona a qualidade institucional à eficiência governamental que, num segundo momento, implica em maiores taxas de crescimento de longo prazo. A segunda abordagem infere-se sobre os efeitos negativos da má qualidade institucional sobre o investimento, uma vez que um ambiente dominado por instabilidade política, burocracia, corrupção e conflitos étnicos fomenta um ambiente de hesitação nos agentes que passam a evitar a tomada de iniciativas econômicas.

Essa elevada importância da qualidade institucional no desempenho econômico pode ser facilmente percebida por intermédio de fatos estilizados. Por exemplo, ao considerar os casos das Coreias do Norte e do Sul, ou das Alemanhas Ocidental e Oriental, torna-se evidente que a ruptura institucional que marcou a divisão de tais países foi determinante para o desempenho econômico posterior.

Ainda é possível encontrar outros exemplos na literatura que corroboram com tal hipótese. Alesina et al ⁴ (1996, apud Arraes 2001) abordam os processos distintos de crescimento observados para Argentina e Japão ao longo da segunda metade do século. A Argentina, que no início do século apontava-se como uma das nações mais ricas do mundo, cujo PIB per capita encontrava-se entre os vinte maiores, a partir dos anos 60 fechou-se sob um colapso econômico. Por outro lado, o Japão, que em 1960 apresentava um PIB per capita relativamente baixo, inferior inclusive ao Argentino, experimentou um crescimento extremamente elevado, estabelecendo-se entre as principais economias do mundo. O diagnóstico insere-se no contexto de qualidade institucional apresentado por ambos os países. A Argentina teve sua história marcada pela instabilidade política e, conseqüentemente, institucional, em contraste, o Japão, no período considerado, estabeleceu-se sob um modelo de estabilidade político-institucional que encorajou os investimentos.

Ainda na busca da eficiência institucional novas técnicas e modelos usados no mundo corporativo estão sendo direcionados para a administração pública, é a chamada Governança na Gestão Pública – tópico abordado a seguir.

⁴ ALESINA, A. et al. Political Instability and Economic Growth. Journal of Economic Growth, v. 1., p.189-211, 1996.

4. GOVERNANÇA NA GESTÃO PÚBLICA

Há escassez de estudos no que diz respeito diretamente à governança na gestão pública brasileira, e os que existem são focados na tentativa de adaptar os princípios de governança do setor privado para o público, fundamentados nos princípios do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), fundado em 1995.

A governança interessa-se não apenas pelo negócio, o que a diferencia da administração, já que busca dar direção global à empresa, supervisionar e controlar as ações executivas da administração, e com interesses além dos limites incorporados, busca satisfazer as expectativas legítimas pela prestação de contas e pela regulação (Harrison, 1998)

Dentre as várias definições para governança pública, alguns princípios são comuns: gestão, responsabilidades, transparência e legalidade. Dessa forma, Dorset e Baker⁵ (1979, apud Mello 2006) definem governança como o exercício da autoridade, controle, administração e poder de governar, ou seja, é a maneira como o poder é exercido na administração dos recursos econômicos e sociais de um país com o objetivo de seu desenvolvimento.

Timmers⁶ (2000, apud Mello 2006) classifica a governança na gestão pública como a proteção ao inter-relacionamento entre o controle, a supervisão e a administração, gerida pela organização governamental e pelas autoridades do governo. Para ele a governança governamental deve buscar relacionar os objetivos políticos de forma eficiente e eficaz e principalmente com o intuito de facilitar a prestação de contas para a sociedade.

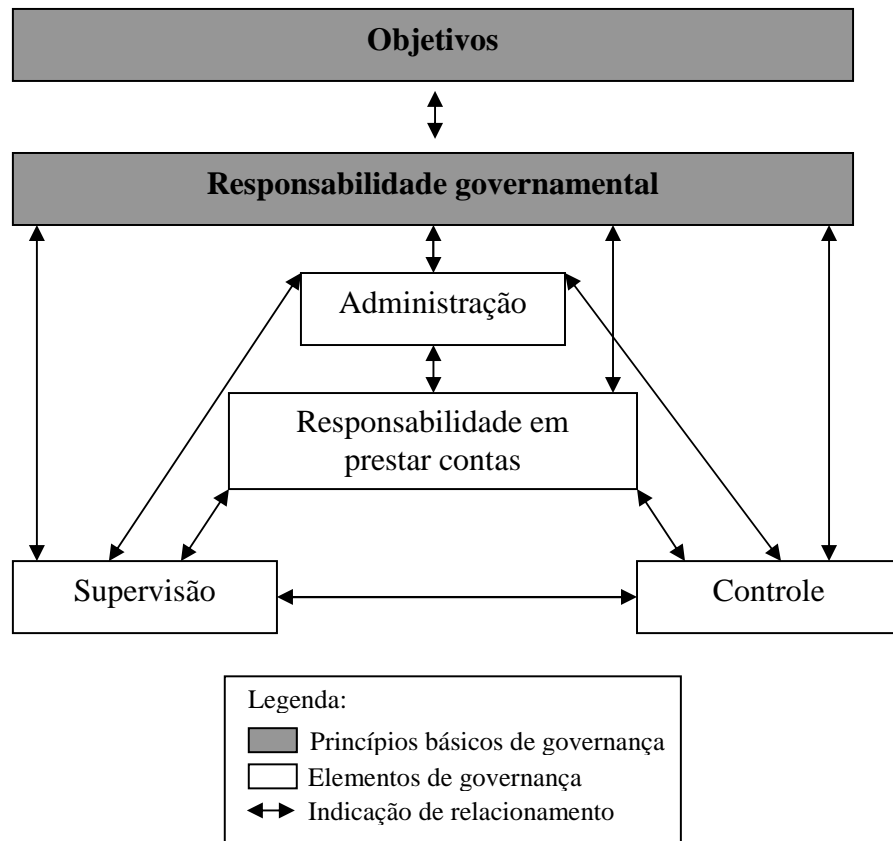
Uma boa governança exige que todas as organizações públicas sejam transparentes e responsáveis por suas atividades. Esse sistema poderá ser facilmente avaliado pelos cidadãos, ao perceberem se os recursos públicos estão sendo bem ou mal aplicados. Consistência, relatórios claros de desempenho, publicação de resultados e principalmente a transparência, são importantes para registrar o bom desempenho e a busca pelo aprimoramento (Barrett⁷ 2005, apud Slomski et al, 2008)

⁵ DORSET, Poole; BAKER, Davies. **Webster's new universal dictionary**. London, 1979.

⁶ TIMMERS, Hans. **Government Governance**: corporate governance in the public sector, why and how? The Netherlands Ministry of Finance. 9th Fee Public Sector Conference. Nov. 2000.

⁷ BARRET, Pat. **Achieving better practice corporate governance in the public sector**. Austrália: 2005.

O ponto inicial para se avançar na governança é formado por um ciclo de administração, controle, supervisão e processos de prestação de contas, conforme Figura demonstrada abaixo (Timmers ⁸ 2000, apud Mello 2006):



Portanto, torna-se essencial o inter-relacionamento entre administração, controle, supervisão e responsabilidade em prestar contas, já que esse ciclo requer transparência na realização dos objetivos políticos .

Como descrevem Slomski et al (2008, p.129), “o papel da governança na gestão pública é de oferecer um conjunto de princípios e elementos comuns, adaptado à realidade de cada país, que considere aspectos relacionados a liderança, integridade, compromisso, responsabilidade, integração e transparência, com o objetivo de maximizar o bem-estar da sociedade.”

⁸ TIMMERS, Hans. Op. Cit.

4.1 Governança na Gestão Pública segundo o IFAC

O Comitê do Setor Público (PSC), que pertence à Federação Internacional de Contadores (IFAC), foi criado com o objetivo de coordenar, à nível mundial, as necessidades do envolvimento do setor público nos relatórios financeiros, contábeis e de auditoria. Nesse contexto, a expressão setor público refere-se aos governos federal, estadual ou municipal e ainda às entidades governamentais relacionadas, como as agências, conselhos, comissões e empresas públicas.

Slomsky et al (2008) mostram que o estudo 13 do PSC/IFAC baseia-se em formas de governança na gestão pública, especialmente no que tange à responsabilidade dos governantes e da entidade controlada pelo setor público. O PSC pretende, com o estudo 13, contribuir para a boa governança e responsabilidade na gestão pública de todo mundo. O principal objetivo do estudo é definir os princípios comuns e recomendações sobre a prática da governança nas entidades do setor público, na tentativa de promover orientações para o desenvolvimento da governança, como um caminho para capacitar os governantes a operarem de maneira mais eficaz, eficiente e transparente.

A diversidade encontrada no setor público, visto que as entidades públicas não possuem um tamanho ou forma organizacional padrão, devem ser reconhecidos ao se estudar os diversos modelos de governança. As diferentes características dos setores públicos demandam atenção especial e impõem responsabilidades diversas aos seus governantes (IFAC 2001).

Ao se considerar os princípios fundamentais da transparência, integridade e responsabilidade em prestar contas, o IFAC deriva-os em um grupo de recomendações, com foco na responsabilidade do corpo governante e no caminho que podem percorrer para confirmar a efetiva governança. Veja o quadro 1 abaixo:

Padrões de Comportamento		
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Liderança ✓ Códigos de Conduta • Probidade e Propriedade • Objetividade, Integridade e Honestidade • Relacionamento 		
Estruturas e Processos Organizacionais	Controle	Relatórios Externos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Responsabilidade em prestar conta estatutária ✓ Responsabilidade em prestar conta pelo dinheiro público ✓ Comunicação com as partes interessadas ✓ Papéis e responsabilidades: <ul style="list-style-type: none"> • Equilíbrio de poder e autoridade • O grupo de governo • O presidente • Membros do grupo de governo não executivo • Administração executiva • Política de remuneração 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de risco ✓ Auditoria interna ✓ Comitês de auditoria ✓ Controle interno ✓ Orçamento ✓ Administração financeira ✓ Treinamento de pessoal 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relatórios anuais ✓ Uso de normas contábeis apropriadas ✓ Medidas de desempenho ✓ Auditoria externa

Quadro 1: Recomendações IFAC

Fonte: IFAC (2001, apud Slomski et al 2008).

4.2 A Nova Gestão Pública

Slomski et al (2008) classificam como Nova Gestão Pública (NGP) o processo de transposição de conceitos da administração de negócios para a administração pública, com ênfase no estilo do setor privado praticar a administração.

Ainda segundo Slomski et al (2008), foi publicado, em maio de 1995, o primeiro relatório de normas na vida pública. Este relatório estabeleceu os sete princípios da vida pública; são eles: abnegação, integridade, objetividade, responsabilidade em prestar contas, franqueza, honestidade e liderança.

A NGP, na busca de complementar os sete princípios citados acima, ainda apresenta, de acordo com Rezende (2005), algumas características que visam contextualizar o cidadão como um cliente em foco; dar o sentido claro da missão da organização pública; delegar autoridades; substituir normas por incentivos; elaborar orçamentos baseados em resultados; expor operações do governo à concorrência; procurar soluções de mercado e não apenas administrativas; medir o sucesso do governo pelo cidadão.

A governança pública deve ser vista como um processo dinâmico que visa contribuir para o aprimoramento da máquina estatal, já que por intermédio dela tanto a sociedade civil quanto o Estado organizam e gerem a administração pública.

Bresser Pereira ⁹ (2005, apud Slomski et al, 2008) alerta que o objetivo da NGP é construir um Estado democrático, onde os políticos possam fiscalizar o desempenho dos burocratas; os eleitores, por sua vez, possam fiscalizar o desempenho dos políticos e todos sejam obrigados, por lei, a prestar contas, ou seja, um Estado que atenda às necessidades de seus cidadãos.

A legalidade é o ponto principal da gestão pública, cuja premissa é de que somente é possível fazer o que existe previsão em lei. Nesse sentido, o próximo tópico deste trabalho contemplará a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000), que tem por objetivo fortalecer os principais eixos da administração pública, que são descritos por vários autores como sendo: o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e prestação de contas.

⁹ BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Da administração pública burocrática à gerencial**. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter. Reforma do Estado e administração pública gerencial. 6. ed. São Paulo: FGV, 2005.

5. O PAPEL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tem como objetivo principal obrigar todos os governantes a obedecerem às normas e limites para administrar as finanças públicas, por meio de prestações de contas, com foco em uma melhor administração das contas públicas no Brasil.

A LRF atende a alguns dispositivos da Constituição Federal de 1988, como o artigo 163, que determina:

Art. 163 - Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional.

Esta lei visa também atender ao disposto no artigo 169, da mesma Carta Magna, o qual determina o estabelecimento de limites para as despesas com pessoal ativo e inativo da União, a partir de Lei Complementar. Responde inclusive ao disposto no artigo 165, inciso II do parágrafo 9º, que dispõe:

...Cabe à Lei Complementar estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de Fundos.

O caráter complementar da lei cria condições para a implantação de uma nova cultura gerencial na gestão dos recursos públicos. Além disso, tem a pretensão de ser um grande e revolucionário avanço para o aprimoramento das finanças públicas do país, auxiliando o governo na administração dos recursos e do patrimônio público de forma transparente e sem artifícios, abusos e imoralidades (Nascimento e Debus, 2001).

Quanto ao conteúdo, a Lei, em resumo: a) estabelece um conjunto de metas, limites e procedimentos para os gastos públicos, as dívidas públicas e as operações realizadas pelo poder público nas três esferas (União, estados e municípios), nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), e na administração direta e indireta; b) estipula

penalidades para quem os descumprir; c) prescreve prazos e formas de reenquadramento àqueles limites, metas e procedimentos.

5.1 Objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal

O principal objetivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, de acordo com o *caput* do art. 1º, consiste em estabelecer “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”. Por sua vez, o parágrafo primeiro desse mesmo artigo procura definir o que se entende como “responsabilidade na gestão fiscal”, estabelecendo os seguintes postulados:

- ✓ Ação planejada e transparente;
- ✓ Prevenção de riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas públicas;
- ✓ Garantia de equilíbrio nas contas, via cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas, com limites e condições para a renúncia de receita e a geração de despesas com pessoal, seguridade, dívida, operações de crédito, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

Para Nascimento e Debus (2001), os diversos pontos da LRF enfatizam a ação planejada e transparente na administração pública. Ação planejada nada mais é do que aquela baseada em planos previamente traçados e, no caso do serviço público, sujeitos à apreciação e aprovação da instância legislativa, garantindo-lhes a necessária legitimidade, característica do regime democrático de governo.

A transparência será alcançada através do conhecimento e da participação da sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados à arrecadação de receitas e à realização de despesas pelo poder público. Para esse fim, diversos mecanismos estão sendo instituídos pela LRF, dentre eles: a participação popular na discussão e elaboração dos planos e orçamentos (artigo 48, parágrafo único); a disponibilidade das contas dos administradores, durante todo o exercício, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade; a emissão de relatórios periódicos de gestão fiscal e de execução orçamentária, igualmente de acesso público e ampla divulgação.

A prevenção de riscos, da mesma forma que a correção de desvios, deve estar presente em todo processo de planejamento confiável. Em primeiro lugar, a LRF preconiza a adoção de mecanismos para neutralizar o impacto de situações contingentes, tais como ações judiciais e outros eventos não corriqueiros. Tais eventualidades serão atendidas com os

recursos da reserva de contingência, a ser prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias e incluída nos orçamentos anuais de cada um dos entes federados.

Já as correções de desvios requerem a adoção de providências com vistas à eliminação dos fatores que lhes tenham dado causa. Em termos práticos, se a despesa de pessoal em determinado período exceder os limites previstos na lei, medidas serão tomadas para que esse item de gasto volte a situar-se nos respectivos parâmetros, através da extinção de gratificações e cargos comissionados, além da exoneração de servidores públicos, nos termos já previstos na Constituição Federal.

De acordo com a LRF, os quatro princípios norteadores da administração pública são o planejamento, a transparência, o controle e a responsabilidade. Tal enumeração, obviamente, não é taxativa, enquadrando-se dentro da principiologia constitucional-administrativa do art. 37 da CF/88. A LRF foi, em boa parte, inspirada segundo as diretrizes do Fundo Monetário Internacional. Segundo o FMI, a transparência contribuiu para a causa da boa governança.

O debate público sobre a concepção e sobre os resultados da política fiscal amplia o controle sobre os governos, aumentando a credibilidade nas ações estatais. Para tanto, o Fundo estabeleceu o Código de Boas Práticas para a Transparência Fiscal, que é uma Declaração de Princípios, baseado em quatro princípios gerais da transparência fiscal: (a) definição clara de funções e responsabilidade; (b) acesso público à informação; (c) abertura na preparação, execução e prestação de contas do orçamento; (d) garantias independentes de integridade.

Com a introdução da lei, os governantes devem prestar contas ao seu legislativo. Isto porque a irresponsabilidade praticada hoje, em qualquer nível de governo, resultará amanhã em mais impostos, menos investimentos ou mais inflação, que é o mais perverso dos impostos pois incide sobre os mais pobres. Os governantes serão julgados pelos eleitores, pelo mercado e, se descumprirem as regras, serão punidos. Já entramos na era da responsabilidade fiscal. Ter uma postura responsável é dever de cada governante.

Baleeiro (2006) destaca que a atividade Financeira do Estado é, pois, a obtenção, criação, gerência e dispêndio do numerário necessário à satisfação das necessidades públicas assumidas pelo Estado ou por outra pessoa de direito público. Necessidade pública é aquela eleita pelo poder político como de interesse da sociedade, sendo satisfeita pela prestação de serviço público. O serviço público, por sua vez, é o organizado de recursos humanos e materiais pela Administração Pública visando ao atendimento das necessidades compreendidas de interesse geral.

Diante disto, recomendações tornam-se obrigações, a serem cumpridas por todos governos e governantes, sem qualquer distinção de nível ou tamanho. Caso não sejam respeitadas, ficam passíveis de sanções, igualmente definidas em lei, que devem penalizar tanto a entidade pública desequilibrada, como também os gestores ímprobos. A LRF traz inúmeras punições aos maus administradores inclusive a inelegibilidade tão temida pelos políticos.

5.2 O Controle dos Gastos com Pessoal

Dentre os muitos temas abordados pela LRF, um que merece particularmente ser destacado é aquele relativo à política de despesas, de planejamento de despesas e de limitação de despesas relativas ao pessoal do serviço público, disciplinado no art. 18 da supracitada lei.

Este dispositivo define, para os efeitos da lei, o que seja despesa total com pessoal, significando:

O somatório dos gastos (...) com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência” (LRF, art. 18, caput).

Todos esses títulos compõem o conceito legal de despesa total com pessoal, para limitar e obrigar a diminuir os gastos com pagamento de servidores na Administração.

O Quadro 2 a seguir sintetiza os dispositivos contidos nos artigos 19 e 20 da LRF, que cuidam respectivamente da fixação de limites de despesas de pessoal por entidades políticas e por Poderes e órgão ministerial.

Entidades Estatais	União	Estados e DF	Municípios
Legislativo e Tribunal de Contas	2,5%	3%	6%
Judiciário	6%	6%	-
Executivo	40,9%	49%	54%
Ministério Público	0,6%	2%	-
Total	50%	60%	60%

Quadro 2: Limites para as despesa com pessoal incidentes sobre a Receita Corrente Líquida.

Fonte: LRF

O conceito de liquidez acrescentado ao conceito de receita corrente guarda pertinência lógica com as finalidades preconizadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de buscar a viabilização do equilíbrio orçamentário, pela compreensão de que a crise fiscal do estado pós-moderno somente será solucionada através da manutenção desse equilíbrio.

Portanto, entendeu o legislador da LRF que seria de importância crucial oferecer uma orientação completa para a totalidade das ações governamentais, tanto na arrecadação dos recursos, quanto na realização de despesas, que sempre devem ser objeto de contenção rígida e imposição de limites.

5.3 Limites mínimos de gastos com educação e saúde

O artigo 25 estabelece as condições para recebimento de transferências voluntárias da União ou do Estado, compreendidos nesse conceito os recursos correntes de capital entregues, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorram de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Transferências voluntárias são aquelas realizadas através de convênio ou acordo congênere e que constam do Orçamento da União ou do Estado, mas não decorrem de uma determinação constitucional ou legal. Destinam-se, com freqüência, a obras e, também com freqüência, têm origem em emendas parlamentares. Assim, as transferências constitucionais e legais (FPM, Lei Kandir, SUS e FUNDEF) não são transferências voluntárias.

A suspensão de transferências voluntárias não atinge as ações de educação, saúde e assistência social. No entanto, dentre as exigências para recebimento de transferências voluntárias, se inclui o cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde. De acordo com a Constituição Federal, a União deverá aplicar, anualmente, nunca

menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Por outro lado, os valores destinados à Saúde devem respeitar ao disposto no art. 198 da CF/88, combinado com a EC 29/00.

Não é necessário muito esforço para perceber que o direito a um justo e adequado tratamento de saúde, nada mais é do que um corolário do direito à própria vida. Já a educação é a força motriz por excelência, a base por trás de qualquer desenvolvimento. Nesse sentido, o próximo tópico abordará, de forma objetiva, a metodologia utilizada na análise das ações de improbidade administrativa sofridas pelos municípios cearenses nos anos de 2002, 2003 e 2004 nas áreas de Saúde, Educação, Assistência Social, nas Prefeituras Municipais, Câmaras Municipais e em outras categorias.

6. METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada no desenvolvimento deste trabalho consiste em apresentar um modelo econométrico que permita detectar tanto os fatores determinantes como a persistência temporal da prática de atos de improbidade na administração pública nos municípios cearenses. Para tanto, buscou-se estabelecer critérios para identificar algumas características comuns aos municípios que podem vir a cometer atos de improbidade administrativa, seja pela medição de variáveis econômicas e fiscais. No primeiro grupo de variáveis foram selecionados o PIB e PIB per capita, enquanto no segundo foram utilizadas a Receita Tributária, Receita Orçamentária, Receita de Transferências Correntes, Despesas com Pessoal, Saúde, Educação e Assistência Social, ou até mesmo pelo seu nível de endividamento, por intermédio do Resultado Primário e da relação Receita Corrente Líquida/Despesa de Pessoal.

Para a execução do modelo abaixo proposto foi utilizado o banco de dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará, disponibilizado no site <http://www.tcm.ce.gov.br/servicos/sap.php/pci>, que apresenta uma relação de contas rejeitadas e não rejeitadas com nota de improbidade administrativa nos municípios do estado pelo respectivo tribunal. Optou-se em trabalhar com os anos de 2002, 2003 e 2004 devido, tanto a disponibilidade de dados quanto a este período abranger a administração de um único governo, evitando-se, assim, os chamados ciclos políticos.

Uma vez que os fenômenos a serem investigados apresentam-se sob a forma binária, as especificações econométricas serão do tipo discretas probabilísticas, cuja estimação seguirá a hipótese do modelo Probit. Este modelo faz uso de uma função densidade acumulada da distribuição normal padrão, que pode ser representada da seguinte forma:

$$\Phi(z_0) = (1/\sqrt{2\pi}) \int_{-\infty}^{z_0} \exp(-1/2) z^2 dz$$

Para Davidson e Mackinnon (2004), modelos de escolha discreta do tipo binário podem ser desenvolvidos por meio de uma variável não observada, comumente chamada de variável latente, por possuir uma certa distribuição de probabilidade, no caso a distribuição Normal. Assim, denominando y_i^o a variável latente, a especificação do modelo econométrico assumiria a seguinte equação:

$$y_i^o = X_i' \beta + u_i$$

Onde u_i segue uma distribuição $N(0,1)$. O sinal da variável latente não observada y_i^o , determinará o valor que a variável binária observada Y_i assumirá, ou seja, se y_i^o for positiva, a variável binária Y_i assume o valor 1, caso contrário, assume o valor zero. Desse modo, torna-se possível computar a probabilidade de que Y_i assumo o valor 1, e esta probabilidade será representada da seguinte maneira:

$$\begin{aligned} \Pr(Y_i = 1) &= \Pr(y_i^o > 0) = \Pr(X_i \beta + u_i > 0) \\ &= \Pr(u_i > -X_i \beta) = \Pr(u_i < X_i \beta) = \Phi(X_i \beta) \end{aligned}$$

E, por complementaridade,

$$\Pr(Y_i = 0) = 1 - \Phi(X_i \beta)$$

O processo de estimação do vetor β pelo princípio da máxima verossimilhança consiste em otimizar a função densidade conjunta. Para tanto, suponha que se ordene as observações de modo a conter nas primeiras n_1 observações a ocorrência de sucesso da variável binária, ou seja, $Y_i = 1$, e nas restantes, $Y_i = 0$. Desse modo, forma-se a função de máxima verossimilhança, a qual é dada por :

$$L = \left[\prod_{i=1}^{n_1} \Phi(X_i \beta) \right] \cdot \prod_{i=n_1+1}^n [1 - \Phi(X_i \beta)]$$

Aplicando-se as condições necessárias e suficientes de otimização obtém-se o vetor de estimadores, $\tilde{\beta}$, e conseqüentemente, $\Phi(X_i \tilde{\beta})$.

Nota-se com essa formulação que a probabilidade da variável binária observada Y_i assumir o valor 1 (um) é medida pela função cumulativa da normal padrão, Φ . Este valor ocorrerá caso haja improbidade administrativa emitida pelo TCM-CE em áreas selecionadas do governo municipal e, caso contrário, a variável assumirá o valor 0 (zero). O quadro 3 abaixo lista as áreas de gestão municipal e descreve as variáveis binárias dependentes que

serão explicadas pelo modelo acima proposto, enquanto o quadro 4 descreve as variáveis explicativas testadas e suas respectivas fontes de dados.

Para comprovar a continuidade das irregularidades serão apresentadas regressões, detalhadas por categoria, ou seja, Y1, Y2, Y3 e Y4 nos períodos de 2002 a 2004, bem como para o mapeamento dos perfis dos municípios, cujos agentes cometeram atos ímprobos. Para tanto, neste último caso, foram consideradas para verificação empírica todas as combinações das variáveis dispostas no quadro 4 de modo a selecionar as equações que melhor se ajustassem para fins de previsão, cujas regressões estimadas que estão apresentadas no Anexo B.

No Quadro 3 abaixo definem-se as áreas do governo afetadas com as improbidades e as respectivas variáveis dependentes representativas. E para o entendimento das variáveis explicativas utilizadas, são apresentadas, no Quadro 4, as descrições e as fontes utilizadas na obtenção desses dados.

Áreas do Governo	Descrição das Variáveis Dependentes
<p>Área 1: Educação, Saúde e Assistência Social</p> <p>Área 2: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Outras Categorias</p>	$Y_1 = \begin{cases} 1, & \text{se ocorre improbidade na Área 1} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$
	$Y_2 = \begin{cases} 1, & \text{se ocorre improbidade na Área 2} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$
	$Y_3 = \begin{cases} 1, & \text{se ocorre improbidade em mais de uma} \\ & \text{sub - área das Áreas 1 e/ou 2} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$
	$Y_4 = \begin{cases} 1, & \text{se ocorre improbidade uma ou mais vezes} \\ & \text{em quaisquer áreas} \\ 0, & \text{caso contrário} \end{cases}$

Quadro 3: Áreas Selecionadas do Governo e Descrição das Variáveis Dependentes.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TCM-CE.

Variáveis	Descrição	Fontes
DESPAS	Despesas com Assistência Social	STN - FINBRA
DESPASB	Despesas com Assistência Social em formato binário (as 50% maiores despesas receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
DESPE	Despesas com Educação	STN - FINBRA
DESPEB	Despesas com Educação em formato binário (as 50% maiores despesas receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
DESPP	Despesas com Pessoal	STN - FINBRA
DESPPB	Despesas com Pessoal em formato binário (as 50% maiores despesas receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
DESPS	Despesas com Saúde	STN - FINBRA
DESPSB	Despesas com Saúde em formato binário (as 50% maiores despesas receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
PIB	Produto Interno Bruto	IPECE
PIBB	Produto Interno Bruto em formato binário (os 50% maiores receberam o dígito 1, o restante o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
PIBC	Produto Interno Bruto Per Capita	IPECE
PIBCB	Produto Interno Bruto Per Capita em formato binário (os 50% maiores receberam o dígito 1, o restante o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
RCL	Receita Corrente Líquida	STN - FINBRA
RCLB	Receita Corrente Líquida em formato binário (as 50% maiores receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
RO	Receita Orçamentária	STN - FINBRA
ROB	Receita Orçamentária em formato binário (as 50% maiores receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
RP	Resultado Primário	STN - FINBRA
RPB	Resultado Primário em formato binário (1 = déficit; 0 = superávit)	STN – FINBRA (adaptado)
RT	Receitas Tributárias	STN - FINBRA
RTB	Receitas Tributárias em formato binário (as 50% maiores receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
RTC	Receitas de Transferências Correntes	STN - FINBRA
RTCB	Receitas de Transferências Correntes em formato binário (as 50% maiores receberam o dígito 1, as outras 50% o dígito 0).	STN – FINBRA (adaptado)
DESPP/RCL	Relação entre Despesas com Pessoal e Receita Corrente Líquida	STN - FINBRA
Y _i , 2002	Ocorrência de irregularidades da mesma categoria (i = 1, 2, 3 ou 4) referente ao ano de 2002	TCM-CE
Y _i , 2003	Ocorrência de irregularidades da mesma categoria (i = 1, 2, 3 ou 4) referente ao ano de 2003.	TCM-CE

Quadro 4: Descrições e Fontes das Variáveis Explicativas.

Fonte: Elaboração própria.

7. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para retratar os elevados índices de improbidades ocorridos nos municípios cearenses em diversas áreas de gestão pública, a tabela 1 apresenta a proporção dessas ocorrências ao longo do período investigado.

Tabela 1. Resultados Amostrais para a Proporção de Ocorrência de Improbidade nas Áreas da Gestão Pública Municipal, 2002-2004

Áreas	Anos		
	2002	2003	2004
Y ₁	25%	21%	24%
Y ₂	7%	30%	22%
Y ₃	11%	18%	12%
Y ₄	38%	37%	39%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TCM-CE.

O elevado percentual de municípios cujos gestores cometem atos ímprobos foi o principal fator motivador desta pesquisa; sobretudo porque tais atos afetam fundos relacionados a Saúde, Educação e Assistência Social.

A educação é parte significativa de investimentos que uma sociedade faz em seu próprio futuro e encontra-se na contramão da corrupção. Quando se investe em educação, cria-se mecanismos para o fortalecimento da democracia. O acesso à informação facilita as ações de fiscalização pela população e impede atos corruptos, pois torna-se mais fácil persuadir um povo carente de informações e alheio ao processo democrático e institucional.

Para a Organização Mundial da Saúde, saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença. Apesar das várias definições de saúde existentes, ela é direito de todos, dever do Estado e a base da própria vida. Aceitar ações corruptas que afetam fundos relacionados a Saúde é desconsiderar um direito constitucionalmente assegurado à todos e bem maior do homem. Além disso, as dinâmicas de mercado exigem investimentos sustentáveis por parte dos governos em infra-estrutura, saúde e educação.

Conforme mostrado nas tabelas 2 e 3 abaixo, as estimativas do modelo econométrico obtidas através do software Eviews 5.0, permitem inferir sobre a ocorrência de continuidade nos atos de improbidades administrativas na média dos municípios analisados. Tais resultados são claramente percebidos para as categorias de improbidades Y1 e Y4 em relação aos anos de 2002, 2003 e 2004, para um nível de significância de 5%.

Tabela 2. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas para Y1 e Y2.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes – Ano 2004					
	Y1			Y2		
C	-1.019737 (0.0000)	0.950457 (0.0000)	0.914116 (0.0000)	-0.964491 (0.0000)	0.887147 (0.0000)	0.937262 (0.0000)
Y _{i,2002}	0.595251 (0.0310)	0.818144 (0.0009)		1.089077 (0.0109)	1.235902 (0.0023)	
Y _{i,2003}	0.523097 (0.0689)		0.799931 (0.0018)	0.276616 (0.2832)		0.486518 (0.0411)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: P-valores entre parênteses.

Tabela 3. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas para Y3 e Y4.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes – Ano 2004					
	Y3			Y4		
C	-1.519221 (0.0000)	1.512390 (0.0000)	1.353174 (0.0000)	-0.764288 (0.0000)	0.642061 (0.0000)	0.587749 (0.0000)
Y _{i,2002}	1.530674 (0.0001)	1.586181 (0.0000)		0.690097 (0.0031)	0.877898 (0.0000)	
Y _{i,2003}	0.106383 (0.7783)		0.678684 (0.0248)	0.504342 (0.0311)		0.761490 (0.0004)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: P-valores entre parênteses.

Por meio dos resultados apresentados concluímos que, ao considerar a série de anos, as áreas de Educação, Saúde e Assistência Social são as mais afetadas com a continuidade das improbidades administrativas cometidas pelos gestores públicos. Contudo, se considerarmos anos contíguos a probabilidade de ocorrência é fortemente percebida para todas as categorias.

Complementarmente, os resultados para 2003 como função de 2002, apresentaram significância para todas as categorias, conforme tabela 4 abaixo.

Tabela 4. Continuidade na ocorrência de improbidades administrativas – Ano 2003.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes – Ano 2003			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.267076 (0.0000)	-0.652794 (0.0000)	-1.115337 (0.0000)	-0.776422 (0.0000)
Y _{i, 2002}	1.399389 (0.0000)	1.561252 (0.0006)	1.338345 (0.0001)	1.100653 (0.0000)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: P-valores entre parênteses.

O modelo de escolha discreta binário utilizado nesta pesquisa estima a probabilidade de ocorrência de sucesso na sua variável dependente, ou seja, $Y_i = 1$, onde $i=1,2,3,4$ (conforme a classificação feita). Ou seja, $\text{Prob}(Y_i = 1) = \Phi(\hat{Y}_i)$, onde Φ = função cumulativa da distribuição normal, e \hat{Y}_i = valor da equação estimada, pré-fixando valores desejados das variáveis explicativas. Sendo assim, as probabilidades de haver improbidade em $Y_{i, 2004}$, dadas as condições estipuladas para $Y_{i, 2002}$ e $Y_{i, 2003}$, estão dispostas na tabela 5. Em seguida, na tabela 6, destaca-se a probabilidade de ocorrência de continuidade das improbidades no ano de 2004, referente aos coeficientes das variáveis significantes. Similarmente, os resultados da tabela 7 reproduz o exercício anterior para o ano de 2003 tendo por base o ano de 2002.

Tabela 5. Probabilidade de Ocorrência de Improbidades (Ano 2004).

Variáveis	Probabilidade
$Y_{1, 2002}$	$\Phi(0,950457 + 0,818144) = \Phi(1,768601) = 0,9616 = \mathbf{96,16\%}$
$Y_{1, 2003}$	$\Phi(0,914116 + 0,799931) = \Phi(1,714047) = 0,9564 = \mathbf{95,64\%}$
$Y_{2, 2002}$	$\Phi(0,887147 + 1,235902) = \Phi(2,123049) = 0,9830 = \mathbf{98,30\%}$
$Y_{2, 2003}$	$\Phi(0,937262 + 0,486518) = \Phi(1,42378) = 0,9222 = \mathbf{92,22\%}$
$Y_{3, 2002}$	$\Phi(1,512390 + 1,586181) = \Phi(3,098571) = 0,9990 = \mathbf{99,90\%}$
$Y_{3, 2003}$	$\Phi(1,353174 + 0,678684) = \Phi(2,031858) = 0,9788 = \mathbf{97,88\%}$
$Y_{4, 2002}$	$\Phi(0,642061 + 0,877898) = \Phi(1,519959) = 0,9357 = \mathbf{93,57\%}$
$Y_{4, 2003}$	$\Phi(0,587749 + 0,761490) = \Phi(1,349239) = 0,9115 = \mathbf{91,15\%}$

Fonte: Cálculos próprios

Tabela 6. Probabilidade de Ocorrência de Continuidade das Improbidades (Ano 2004) das Variáveis Significantes.

Variáveis	Probabilidade
$Y_{1, 2002, 2003}$	$\Phi(-1,019737 + 0,595251 + 0,523097) = \Phi(0,098611) = 0,5359 = \mathbf{53,59\%}$
$Y_{4, 2002, 2003}$	$\Phi(-0,764288 + 0,690097 + 0,504342) = \Phi(0,430151) = 0,6664 = \mathbf{66,64\%}$

Fonte: Cálculos próprios

Tabela 7. Probabilidade de Ocorrência de Improbidades (Ano 2003).

Variáveis	Probabilidade
$Y_{1, 2002}$	$\Phi (-1.267076 + 1.399389) = \Phi (0.132313) = 0,5517 = \mathbf{55,17\%}$
$Y_{2, 2002}$	$\Phi (-0.652794 + 1.561252) = \Phi (0.908458) = 0,8186 = \mathbf{81,86\%}$
$Y_{3, 2002}$	$\Phi (-1.115337 + 1.338345) = \Phi (0.223008) = 0,5871 = \mathbf{58,71\%}$
$Y_{4, 2002}$	$\Phi (-0.776422 + 1.100653) = \Phi (0.324231) = 0,6255 = \mathbf{62,55\%}$

Fonte: Cálculos próprios

Na tentativa de se traçar perfis dos municípios cujos agentes cometem atos improbos, algumas características significantes podem ser percebidas, a partir dos detalhes feitos com “x” na tabela 8 abaixo¹⁰.

Tabela 8. Efeitos Econômicos e Fiscais Relevantes sobre os Níveis de Improbidades, 2002 – 2004

Efeitos	Variáveis Explicativas	Var. Dep. 2002				Var. Dep. 2003				Var. Dep. 2004			
		Y1	Y2	Y3	Y4	Y1	Y2	Y3	Y4	Y1	Y2	Y3	Y4
Econômico	PIB												
	PIBB		x	x									
	PIBC					x							
	PIBCB					x		x					
Fiscal	DESPAS												
	DESPASB									x			
	DESPE												
	DESPEB		x	x		x		x					
	DESPP												
	DESPPB			x		x		x					
	DESPS												
	DESPSB			x		x						x	
	RCL												
	RCLB		x	x									
	RO												
	ROB		x	x									
	RT												
	RTB		x	x									
	RTC												
RTCB		x	x		x								
Endividamento	RP												
	RPB									x			
	DESPP/RCL					x		x					

Fonte: cálculos próprios.

Essa aleatoriedade percebida nas significâncias apresentadas com os resultados acima representa o que de fato acontece com os atos de improbidades. Esses atos são

¹⁰ Ver Anexo B para as estimativas.

cometidos por municípios com características diversas, não sendo possível detectar aspectos comuns para todos, em todo o período. Porém nota-se, entre algumas características comuns, que no ano de 2002 para as categorias Y2 e Y3:

- ✓ os atos de improbidade administrativas foram cometidos por municípios que apresentavam, em sua maioria, o PIB acima de R\$29.590.000,00;
- ✓ percebe-se uma convergência quanto ao nível de despesas com educação, a receita corrente líquida e as receitas orçamentárias, tributárias e de transferências correntes.

Para o ano de 2003, destacam-se nas categorias Y1 e Y3:

- ✓ PIB per Capita acima de R\$1.844,00;
- ✓ perfis semelhantes de despesas com educação, pessoal e do nível de endividamento representado pela relação entre despesa de pessoal e receita corrente líquida.

Extrai-se também desses resultados que há uma redução sistemática de fatores explicativos, econômicos e fiscais, para a ocorrência de improbidades em quaisquer das áreas ao longo do período 2002-2004. Em vista da relação entre o elevado índice de improbidade em 2004 (tabela 1) e a ausência de fatores econômicos e/ou fiscais para explicá-lo, cumpre concluir sobre a existência de uma sistemática inercial para a persistência de cometimentos de atos improbos nas administrações municipais.

Todos os demais testes, incluídos os apresentados acima, estão dispostos no anexo B.

8. CONCLUSÕES

É fato histórico que a solidez das instituições políticas determina o estágio de desenvolvimento de um país. No caso brasileiro, a própria herança colonial propiciou e tem perpetuado a criação de más-instituições, o que se reflete em seu atraso de desenvolvimento se comparado a outros países com potencial econômico substancialmente inferior. Esse é um problema grave que obstrui o crescimento econômico e impede o desenvolvimento econômico e social. Características institucionais como a burocracia balanceada, a eficiência, a liberdade civil e principalmente os direitos políticos, que são capazes de promover movimentos jurídicos-científicos para o combate das irregularidades, influenciam positivamente o desempenho econômico.

Pode-se dizer que uma condição necessária, mas não suficiente, para o fortalecimento das instituições é se trabalhar processos de gestão cada vez mais eficazes. O excesso de burocracia, por exemplo, tem um efeito perverso, consome muito tempo e não foca nos resultados. Os controles gerados muitas vezes demandam mais controles para que sejam cumpridos e esquece-se, sobretudo, que é necessária a existência harmônica entre a legalidade e a eficiência. A própria Constituição Federal de 1988 exige que os atos administrativos cumpram os princípios da moralidade, eficiência, economicidade, dentre outros.

No intuito de possibilitar um entendimento sobre o mundo das improbidades administrativas, que atentam contra princípios da administração pública, ao violar os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, este estudo apresentou uma análise das notas de improbidade administrativa impetradas pelo TCM-CE, para uma amostra de 155 municípios cearenses nos anos de 2002 a 2004.

Na tentativa de se mapear perfis dos municípios que praticaram atos de improbidade administrativa, modelos econométricos foram construídos para permitir um diagnóstico confiável sobre a ocorrência de atos improbos. Os resultados das estimativas comprovam que as insignificâncias apresentadas nas tentativas representam o que de fato acontece no universo das improbidades: elas podem atingir qualquer município, independentemente de seu tamanho fical, econômico ou qualquer outra característica específica. Entender as motivações que conduzem à prática de infrações e malversações dos recursos por parte dos gestores públicos envolve inúmeras complexidades, difíceis de serem precisamente identificadas.

Contudo, a teoria microeconômica dos *rent seekers* explica um elevado custo de oportunidade gerado por esta atividade, principalmente porque muitos recursos humanos talentosos são alocados em atividades improdutivas. Nas palavras de Silva (1996, p.12):

Do ponto de vista de justiça econômica, a distribuição da renda após a “alocação *rent-seeking*” poderá premiar mais o poder de influência do que o mérito e a capacidade. Portanto, numa sociedade dividida em facções competitivas que buscam transferir renda, o resultado final do jogo social tende a ser de soma negativa: os custos da atividade caçadora-de-renda são maiores que os benefícios privados obtidos por alguns agentes ou grupos.

A despeito da impossibilidade do mapeamento dos perfis econômicos ou fiscais desses municípios, a pesquisa comprovou haver persistência nos atos de irregularidades no período estudado. Ou seja, pode-se inferir que, em média, municípios que responderam a ações por improbidade administrativa praticadas no ano de 2002, repetiram o feito para os anos de 2003 e 2004, seja atingindo negativamente fundos relacionados à Saúde, Educação, Assistência Social ou outras categorias.

Em vista da escassez de estudos na literatura brasileira sobre o assunto, esses resultados relevantes permitem que novas pesquisas sejam feitas para corroborá-los ou contestá-los, de modo a ampliar o período estudado, expandir a idéia apresentada para outras esferas de governo, bem como incluir o capital social e o capital político como possíveis fatores explicativos no cometimento de improbidades administrativas e na sua persistência temporal.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron et al. **Institutions as the fundamental cause of long-run growth**. CEPR, 2004. Disponível em: <<http://www.cepr.org/pubs/dps/DP4458.asp>>. Acesso em 2 fev. 2009.

ARRAES, Ronaldo. **As desigualdades de renda são um herança colonial?** Fatos estilizados em base comparativa entre MERCOSUL e países selecionados. Universidade Federal do Ceará. Centro de Pós-Graduação em Economia. Fortaleza, 2001.

ARRAES, R. A.; TELES, V. K. **Qualidade institucional e crescimento econômico**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2000.

BALEEIRO, Aliomar. **Uma introdução à ciência das finanças**. 16.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

CARRARO, André. **Um modelo de equilíbrio geral computável com corrupção para o Brasil**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

CASTRO, R. P. A. **Controle Interno da Administração Pública: uma perspectiva do modelo de gestão administrativa**. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007.

CODATO, Adriano. **O neo-institucionalismo histórico: uma definição e uma explicação** (2009). Disponível em: <<http://adriancodato.blogspot.com/2009/02/o-neo-institucionalismo-historico-uma.html>>. Acesso em 11 mar. 2009.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constiuiçao.htm>. Acesso em 01 fev. 2009.

DAVIDSON, Russel; MACKINNON, James G. **Econometric Theory and Methods**. New York: Oxford University Press, 2004.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Globo, 2001.

FERRACINI, L. A. P. **Improbidade Administrativa**. São Paulo: Julex edições, 1997.

HARRISON, James J. H. Corporate governance in the NHS – an assessment of boardroom practice. **Corporate Governance**, v. 3, n° 3, July 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS – IFAC. **Governance in the public sector: a governing body perspective**. New York: 2001.

_____. Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em 10 mar. 2009.

_____. Lei 8.429, de 2-6-1992. **Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L8429.htm>>. Acesso em 23 abr. 2009.

MAURO, Paolo. **Corruption and Growth.** Quarterly Journal of Economics, vol. 110, n.3, Aug. 1995.

MAURO, Paolo. **Why worry about corruption?** Economic Issues, n. 6. Washington, D.C: International Monetary Fund, 1997.

MELLO, Gilmar R. **Governança corporativa no setor público federal brasileiro.** Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2006.

MONTORO FILHO, A. F. **Custos econômicos, sociais e políticos da burocratização e da corrupção.** In: Seminário da Burocracia à Corrupção, 2007. Disponível em: <http://np3.braintemp.com.br/upload/ihb/arquivo/Painel_3%20site.pdf>. Acesso em 2 maio 2009.

NARITOMI, Joana et al. **Rent seeking and the unveiling of ‘de facto’ institutions: development and colonial heritage within Brazil.** NBER, 2007. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13545>>. Acesso em 15 abr. 2009.

NASCIMENTO, E. R.; DEBUS, I. **Lei Complementar 101 de 2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal.** Brasília, 2001.

OSÓRIO, Fábio M. **Teoria da Improbidade Administrativa.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

PEREIRA, J. M. (2004). **Reforma do Estado, Transparência e Democracia no Brasil.** In: Revista Acadêmica de Economia, n. 26. Disponível em: <<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/jmp-reforma.doc>>. Acesso em 7 maio 2009.

REINIKKA, Ritva; SVENSON, Jakob. **Survey techniques to measure and explain corruption.** Policy Research Working Paper Series 3071, The World Bank, 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/3071.html>> Acesso em 8 maio 2009.

REZENDE, Denis A. **Planejamento estratégico municipal e suas relações com as políticas de gestão de cidades e com a Teoria da New Public Management.** ENANPAD, 2005.

SILVA, Marcos F. G. (1996). **A economia política da corrupção.** Disponível em: <<http://www.transparencia.org.br/docs/MFernandes1.pdf>>. Acesso em 4 abr.2009.

SLOMSKI, Valmor et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008. 198p.

TANZI, Vito; DAVOODI, Hamid. **Corruption, Public Investment, and Growth**. IMF Working Paper, 1997.

TRANSPARENCY International. **Sítio oficial da ONG Transparency International**. Disponível em: <<http://www.transparency.org>>. Acesso em 24 mar. 2009.

WEBER, Max. **Ensaios de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

ANEXO A: RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS QUE COMPUSERAM A AMOSTRA.

A pesquisa englobou uma amostra de 155 municípios cearenses. São eles: Abaiara, Acarape, Acaraú, Aiuaba, Alcântaras, Altaneira, Amontada, Antonina do norte, Apuiarés, Aquiraz, Aracati, Aracoiaba, Araripe, Arneiroz, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barreira, Barro, Barroquinha, Baturité, Beberibe, Bela cruz, Boa Viagem, Brejo Santo, Camocim, Campos Sales, Canindé, Caridade, Cariré, Caririação, Cariús, Carnaubal, Catarina, Caucaia, Cedro, Chaval, Choró, Chorozinho, Coreaú, Crateús, Crato, Cruz, Deputado Irapuan Pinheiro, Ererê, Eusébio, Farias Brito, Forquilha, Fortaleza, Frecheirinha, General Sampaio, Graça, Granja, Granjeiro, Groaíras, Guaiúba, Guaramiranga, Ibaretama, Ibiapina, Ibicuitinga, Icapuí, Icó, Independência, Ipaporanga, Ipaumirim, Ipu, Iracema, Itaiçaba, Itaitinga, Itapipoca, Itapiúna, Itarema, Itatira, Jaguaratama, Jaguaribara, Jaguaribe, Jaguaruana, Jardim, Jati, Jijoca de Jericoacoara, Juazeiro do Norte, Jucás, Lavras da Mangabeira, Limoeiro do Norte, Madalena, Maracanaú, Marco, Martinópolis, Massapê, Mauriti, Meruoca, Milagres, Milhã, Miraima, Missão Velha, Mombaça, Monsenhor Tabosa, Morada Nova, Moraújo, Morrinhos, Mulungu, Nova Olinda, Nova Russas, Novo oriente, Orós, Pacatuba, Pacoti, Pacujá, Palhano, Palmácia, Paracuru, Paraipaba, Parambu, Paramoti, Pedra Branca, Penaforte, Pentecoste, Pereiro, Pindoretama, Piquet Carneiro, Pires Ferreira, Poranga, Porteiras, Potengi, Potiretama, Quiterianópolis, Quixeramobim, Redenção, Russas, Saboeiro, Salitre, Santa Quitéria, Santana do Acaraú, Santana do Cariri, São Benedito, São Gonçalo do Amarante, São João do Jaguaribe, São Luis do Curu, Senador Pompeu, Senador Sá, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tarrafas, Tauá, Tejuçuoca, Tianguá, Trairi, Ubajara, Umari, Umirim, Uruburetama, Uruoca, Várzea Alegre, Viçosa do Ceará.

ANEXO B

Estimativas do Modelo nas Áreas de Ocorrência de Improbidade Administrativa nos Municípios do Ceará, Ano 2002.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.668969 (0.0000)	-1.277027 (0.0000)	-1.210635 (0.0000)	-0.348435 (0.0018)
DESPAS	-3.64E-08 (0.6664)	-4.52E-07 (0.3819)	-3.13E-08 (0.7758)	7.57E-08 (0.3543)
C	-0.654452 (0.0000)	-1.342336 (0.0000)	-1.075723 (0.0000)	-0.226885 (0.1132)
DESPASB	-0.072048 (0.7432)	-0.283916 (0.3606)	-0.343465 (0.2097)	-0.156682 (0.4448)
C	-0.669041 (0.0000)	-1.023066 (0.0015)	-1.204726 (0.0000)	-0.356053 (0.0018)
DESPE	-3.96E-09 (0.6760)	-1.28E-07 (0.1596)	-4.69E-09 (0.7445)	9.79E-09 (0.3443)
C	-0.615141 (0.0001)	-1.198380 (0.0000)	-0.917321 (0.0000)	-0.293381 (0.0418)
DESPEB	-0.154423 (0.4833)	-0.745184 (0.0349)	-0.845551 (0.0063)	-0.020980 (0.9184)
C	-0.669586 (0.0000)	-1.131253 (0.0001)	-1.206472 (0.0000)	-0.333530 (0.0017)
DESPP	-3.16E-09 (0.6454)	-8.75E-08 (0.2266)	-3.71E-09 (0.7904)	4.12E-09 (0.3776)
C	-0.654452 (0.0000)	-1.267076 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.194028 (0.1745)
DESPPB	-0.072048 (0.7432)	-0.495796 (0.1265)	-0.658830 (0.0239)	-0.224823 (0.2736)
C	-0.171807 (0.7663)	-1.004937 (0.2163)	-0.347274 (0.6276)	0.037765 (0.9444)
DESPP_RCL	-1.288498 (0.3627)	-1.160798 (0.5645)	-2.222908 (0.2158)	-0.845614 (0.5212)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.622597 (0.0000)	-1.093258 (0.0002)	-1.143261 (0.0000)	-0.358654 (0.0006)
DESPS	-2.19E-08 (0.4544)	-1.83E-07 (0.1992)	-3.05E-08 (0.4708)	4.58E-09 (0.3688)
C	-0.539208 (0.0003)	-1.342336 (0.0000)	-1.020076 (0.0000)	-0.161379 (0.2577)
DESPSB	-0.321117 (0.1478)	-0.283916 (0.3606)	-0.494538 (0.0781)	-0.293285 (0.1540)
C	-0.644302 (0.0000)	-1.131871 (0.0000)	-1.205486 (0.0000)	-0.357701 (0.0006)
PIB	-1.91E-10 (0.6311)	-9.83E-09 (0.1810)	-3.11E-10 (0.7510)	1.94E-10 (0.3497)
C	-0.694802 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
PIBB	0.010059 (0.9635)	-0.745184 (0.0349)	-0.658830 (0.0239)	0.046769 (0.8193)
C	-0.751264 (0.0000)	-0.378898 (0.6714)	-0.595348 (0.3292)	-0.316420 (0.0582)
PIBC	3.08E-05 (0.6511)	-0.000640 (0.2350)	-0.000359 (0.3067)	6.37E-06 (0.9238)
C	-0.576759 (0.0001)	-1.342336 (0.0000)	-1.134917 (0.0000)	-0.259990 (0.0703)
PIBCB	-0.237347 (0.2827)	-0.283916 (0.3606)	-0.200261 (0.4578)	-0.088766 (0.6648)
C	-0.667222 (0.0000)	-1.070668 (0.0009)	-1.196761 (0.0000)	-0.364903 (0.0006)
RCL	-1.45E-09 (0.6463)	-4.26E-08 (0.2085)	-2.31E-09 (0.7811)	1.74E-09 (0.3629)
C	-0.694802 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.259990 (0.0703)
RCLB	0.010059 (0.9635)	-0.745184 (0.0349)	-0.658830 (0.0239)	-0.088766 (0.6648)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.665428 (0.0000)	-1.059340 (0.0011)	-1.191884 (0.0000)	-0.366060 (0.0006)
RO	-1.46E-09 (0.6440)	-4.00E-08 (0.2013)	-2.49E-09 (0.7566)	1.69E-09 (0.3589)
C	-0.654452 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.226885 (0.1132)
ROB	-0.072048 (0.7432)	-0.745184 (0.0349)	-0.658830 (0.0239)	-0.156682 (0.4448)
C	-0.684933 (0.0000)	-1.465453 (0.0000)	-1.225364 (0.0000)	-0.315645 (0.0022)
RP	-8.97E-09 (0.6333)	-6.14E-09 (0.8184)	-4.65E-09 (0.8120)	1.74E-08 (0.3431)
C	-0.773842 (0.0000)	-1.452576 (0.0000)	-1.165288 (0.0000)	-0.342855 (0.0153)
RPB	0.173000 (0.4319)	-0.034532 (0.9098)	-0.140041 (0.6040)	0.082410 (0.6878)
C	-0.681715 (0.0000)	-1.158719 (0.0000)	-1.222728 (0.0000)	-0.320751 (0.0020)
RT	-6.54E-09 (0.6665)	-1.06E-06 (0.1859)	-4.26E-09 (0.7792)	1.27E-08 (0.6003)
C	-0.694802 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-1.020076 (0.0000)	-0.293381 (0.0418)
RTB	0.010059 (0.9635)	-0.745184 (0.0349)	-0.494538 (0.0781)	-0.020980 (0.9184)
C	0.250628 (0.0000)	-0.987999 (0.0042)	-1.169642 (0.0000)	-0.371599 (0.0007)
RTC	-3.34E-10 (0.5700)	-5.27E-08 (0.1636)	-4.87E-09 (0.6638)	2.47E-09 (0.3512)
C	-0.654452 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.226885 (0.1132)
RTCB	-0.072048 (0.7432)	-0.745184 (0.0349)	-0.658830 (0.0239)	-0.156682 (0.4448)

Estimativas do Modelo nas Áreas de Ocorrência de Improbidade Administrativa nos Municípios do Ceará, Ano 2003.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.153033 (0.0000)	-0.880824 (0.0000)	-1.196449 (0.0000)	-0.854433 (0.0000)
DESPAS	-2.43E-07 (0.3442)	3.90E-07 (0.0853)	1.02E-07 (0.2301)	1.49E-07 (0.5281)
Y _{i, 2002}	1.417602 (0.0000)	1.662623 (0.0003)	1.373462 (0.0000)	1.090172 (0.0000)
C	-1.145544 (0.0000)	-0.780359 (0.0000)	-1.027359 (0.0000)	-0.843144 (0.0000)
DESPASB	-0.259652 (0.3027)	0.241419 (0.2739)	-0.174977 (0.4877)	0.122873 (0.5738)
Y _{i, 2002}	1.387575 (0.0000)	1.599003 (0.0004)	1.302062 (0.0001)	1.113850 (0.0000)
C	-1.189808 (0.0000)	-0.805978 (0.0000)	-1.205755 (0.0000)	-0.797471 (0.0000)
DESPE	-1.59E-08 (0.5273)	2.56E-08 (0.1933)	1.23E-08 (0.1819)	7.13E-09 (0.5183)
Y _{i, 2002}	1.405940 (0.0000)	1.632011 (0.0004)	1.371348 (0.0000)	1.131045 (0.0000)
C	-1.013509 (0.0000)	-0.744653 (0.0000)	-1.030901 (0.0000)	-0.639104 (0.0003)
DESPEB	-0.600163 (0.0216)	0.170874 (0.4417)	-0.162771 (0.5267)	-0.284431 (0.1920)
Y _{i, 2002}	1.402727 (0.0000)	1.614385 (0.0004)	1.283692 (0.0002)	1.108231 (0.0000)
C	-1.181673 (0.0000)	-0.756249 (0.0000)	-1.177298 (0.0000)	-0.808855 (0.0000)
DESPP	-1.53E-08 (0.4428)	1.38E-08 (0.3194)	5.57E-09 (0.2388)	5.13E-09 (0.6559)
Y _{i, 2002}	1.407466 (0.0000)	1.614062 (0.0004)	1.369766 (0.0000)	1.089492 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.043773 (0.0000)	-0.857599 (0.0000)	-1.002264 (0.0000)	-0.828885 (0.0000)
DESPPB	-0.510007 (0.0470)	0.374176 (0.0941)	-0.219788 (0.3873)	0.097192 (0.6554)
Y _{i, 2002}	1.408529 (0.0000)	1.656519 (0.0003)	1.279443 (0.0002)	1.108457 (0.0000)
C	0.432349 (0.5533)	-0.136045 (0.8287)	0.855459 (0.2540)	-0.253574 (0.6898)
DESPP_RCL	-3.982166 (0.0191)	-1.191320 (0.4048)	-4.662314 (0.0088)	-1.177648 (0.3996)
Y _{i, 2002}	1.422213 (0.0000)	1.569527 (0.0006)	1.332372 (0.0001)	1.080909 (0.0000)
C	-1.198851 (0.0000)	-0.696617 (0.0000)	-1.168690 (0.0000)	-0.794587 (0.0000)
DESPS	-2.07E-08 (0.5278)	7.57E-09 (0.4412)	6.84E-09 (0.2275)	4.56E-09 (0.5626)
Y _{i, 2002}	1.390695 (0.0000)	1.590692 (0.0005)	1.374077 (0.0000)	1.091263 (0.0000)
C	-1.085830 (0.0000)	-0.826555 (0.0000)	-1.034185 (0.0000)	-0.825423 (0.0000)
DESPSB	-0.405004 (0.1111)	0.324490 (0.1432)	-0.158232 (0.5296)	0.092001 (0.6725)
Y _{i, 2002}	1.401665 (0.0000)	1.615668 (0.0004)	1.305159 (0.0001)	1.107735 (0.0000)
C	-1.201730 (0.0000)	0.246295 (0.0000)	-0.879314 (0.0000)	-0.776840 (0.0000)
PIB	-1.08E-09 (0.4036)	7.09E-11 (0.0875)	2.02E-10 (0.2322)	1.31E-10 (0.5485)
Y _{i, 2002}	1.415580 (0.0000)	0.569818 (0.0000)	1.107667 (0.0009)	1.134130 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.093353 (0.0000)	-0.895589 (0.0000)	-1.117571 (0.0000)	-0.854770 (0.0000)
PIBB	-0.415295 (0.1050)	0.436664 (0.0551)	0.004137 (0.9870)	0.153963 (0.4784)
Y _{i, 2002}	1.435120 (0.0000)	1.745513 (0.0002)	1.339593 (0.0001)	1.101270 (0.0000)
C	0.167269 (0.8229)	-0.618213 (0.0080)	-0.869127 (0.0127)	-0.532276 (0.0407)
PIBC	-0.000742 (0.0591)	-1.58E-05 (0.8657)	-0.000117 (0.4549)	-0.000116 (0.2679)
Y _{i, 2002}	1.401588 (0.0000)	1.554037 (0.0007)	1.312596 (0.0001)	1.107750 (0.0000)
C	-0.984707 (0.0000)	-0.701799 (0.0000)	-0.846578 (0.0000)	-0.650407 (0.0002)
PIBCB	-0.666881 (0.0115)	0.092959 (0.6765)	-0.628388 (0.0162)	-0.259297 (0.2338)
Y _{i, 2002}	1.384895 (0.0000)	1.596320 (0.0006)	1.338070 (0.0001)	1.100509 (0.0000)
C	-1.180997 (0.0000)	-0.746896 (0.0000)	-0.888298 (0.0000)	-0.781552 (0.0000)
RCL	-6.79E-09 (0.4510)	5.35E-09 (0.3670)	1.56E-09 (0.2403)	1.41E-09 (0.5825)
Y _{i, 2002}	1.406866 (0.0000)	1.612186 (0.0004)	1.106371 (0.0009)	1.131460 (0.0000)
C	-1.135047 (0.0000)	-0.794802 (0.0000)	-1.126100 (0.0000)	-0.811757 (0.0000)
RCLB	-0.279429 (0.2659)	0.262352 (0.2427)	0.020115 (0.9370)	0.066749 (0.7587)
Y _{i, 2002}	1.393775 (0.0000)	1.665968 (0.0004)	1.344312 (0.0001)	1.103986 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.176577 (0.0000)	-0.746240 (0.0000)	-0.889082 (0.0000)	-0.782131 (0.0000)
RO	-6.92E-09 (0.4282)	5.09E-09 (0.3641)	1.53E-09 (0.2399)	1.41E-09 (0.5783)
$Y_{i, 2002}$	1.408125 (0.0000)	1.612059 (0.0004)	1.106520 (0.0009)	1.131565 (0.0000)
C	-1.135047 (0.0000)	-0.794802 (0.0000)	-1.126100 (0.0000)	-0.811757 (0.0000)
ROB	-0.279429 (0.2659)	0.262352 (0.2427)	0.020115 (0.9370)	0.066749 (0.7587)
$Y_{i, 2002}$	1.393775 (0.0000)	1.665968 (0.0004)	1.344312 (0.0001)	1.103986 (0.0000)
C	-1.262315 (0.0000)	-0.673402 (0.0000)	-1.146080 (0.0000)	-0.781087 (0.0000)
RP	-1.30E-08 (0.7536)	2.68E-08 (0.3563)	2.28E-08 (0.1861)	2.54E-08 (0.5143)
$Y_{i, 2002}$	1.397132 (0.0000)	1.575643 (0.0005)	1.361078 (0.0001)	1.086096 (0.0000)
C	-1.250340 (0.0000)	-0.486748 (0.0010)	-1.140088 (0.0000)	-0.580604 (0.0006)
RPB	-0.036603 (0.8834)	-0.376977 (0.0907)	0.050102 (0.8404)	-0.461471 (0.0375)
$Y_{i, 2002}$	1.402021 (0.0000)	1.577368 (0.0006)	1.341975 (0.0001)	1.143415 (0.0000)
C	-1.238277 (0.0000)	-0.724438 (0.0000)	-1.155126 (0.0000)	-0.783554 (0.0000)
RT	-4.97E-08 (0.6418)	8.75E-08 (0.3469)	1.78E-08 (0.4897)	1.26E-08 (0.7380)
$Y_{i, 2002}$	1.406500 (0.0000)	1.608606 (0.0004)	1.364661 (0.0001)	1.083908 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-1.190174 (0.0000)	-0.717776 (0.0000)	-1.008617 (0.0000)	-0.774662 (0.0000)
RTB	-0.164155 (0.5111)	0.123537 (0.5753)	-0.216271 (0.3883)	-0.003559 (0.9869)
$Y_{i, 2002}$	1.404965 (0.0000)	1.588866 (0.0005)	1.309386 (0.0001)	1.100715 (0.0000)
C	-1.157750 (0.0000)	-0.747996 (0.0000)	-0.901089 (0.0000)	-0.788725 (0.0000)
RTC	-8.93E-09 (0.4105)	5.66E-09 (0.4028)	2.12E-09 (0.2499)	1.92E-09 (0.5420)
$Y_{i, 2002}$	1.405020 (0.0000)	1.610637 (0.0004)	1.109225 (0.0009)	1.133429 (0.0000)
C	-1.085830 (0.0000)	-0.794802 (0.0000)	-1.063434 (0.0000)	-0.768818 (0.0000)
RTCB	-0.405004 (0.1111)	0.262352 (0.2427)	-0.100350 (0.6928)	-0.014664 (0.9461)
$Y_{i, 2002}$	1.401665 (0.0000)	1.665968 (0.0004)	1.310429 (0.0001)	1.100102 (0.0000)
C	-1.267076 (0.0000)	-0.652794 (0.0000)	-1.115337 (0.0000)	-0.776422 (0.0000)
$Y_{i, 2002}$	1.399389 (0.0000)	1.561252 (0.0006)	1.338345 (0.0001)	1.100653 (0.0000)
C	-0.733215 (0.0000)	-0.694725 (0.0000)	-0.969879 (0.0000)	0.358768 (0.0000)
DESPAS	-1.17E-07 (0.6099)	2.84E-07 (0.1988)	9.14E-08 (0.2495)	2.21E-08 (0.1747)

Estimativas do Modelo nas Áreas de Ocorrência de Improbidade Administrativa nos Municípios do Ceará, Ano 2004.

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.800099 (0.0000)	-0.874620 (0.0000)	-1.500999 (0.0000)	-0.598796 (0.0001)
DESPAS	-3.02E-07 (0.2282)	-1.84E-08 (0.7554)	-1.70E-08 (0.8472)	-8.14E-08 (0.5048)
$Y_{i, 2002}$	0.801676 (0.0012)	1.229333 (0.0024)	1.580180 (0.0000)	0.895300 (0.0000)
C	-0.786477 (0.0000)	-0.918641 (0.0000)	-1.325548 (0.0000)	-0.514460 (0.0026)
DESPAS	-2.43E-07 (0.3275)	-3.82E-08 (0.5754)	-5.31E-08 (0.6624)	-1.49E-07 (0.4892)
$Y_{i, 2003}$	0.760885 (0.0033)	0.504561 (0.0352)	0.697647 (0.0221)	0.787154 (0.0003)
C	-0.784213 (0.0000)	-0.973300 (0.0000)	-1.473340 (0.0000)	-0.564263 (0.0012)
DESPASB	-0.357302 (0.1215)	0.164524 (0.4791)	-0.077952 (0.7926)	-0.154326 (0.4669)
$Y_{i, 2002}$	0.810159 (0.0010)	1.264560 (0.0020)	1.570014 (0.0000)	0.871048 (0.0001)
C	-0.752498 (0.0000)	-1.005410 (0.0000)	-1.268590 (0.0000)	-0.496826 (0.0035)
DESPASB	-0.341916 (0.1368)	0.128201 (0.5746)	-0.171595 (0.5329)	-0.183428 (0.3827)
$Y_{i, 2003}$	0.782214 (0.0023)	0.495571 (0.0381)	0.652531 (0.0327)	0.760176 (0.0004)
C	-0.683790 (0.0010)	-0.877118 (0.0000)	-1.507644 (0.0000)	-0.584490 (0.0002)
DESPE	-5.42E-08 (0.1173)	-1.40E-09 (0.8360)	-6.76E-10 (0.9376)	-1.05E-08 (0.4198)
$Y_{i, 2002}$	0.843994 (0.0007)	1.231545 (0.0024)	1.585139 (0.0000)	0.902447 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.688611 (0.0006)	-0.914706 (0.0000)	-1.332236 (0.0000)	-0.517795 (0.0017)
DESPE	-4.28E-08 (0.1631)	-4.32E-09 (0.5796)	-3.86E-09 (0.6442)	-1.33E-08 (0.4615)
Y _{i, 2003}	0.786425 (0.0024)	0.507006 (0.0348)	0.702634 (0.0214)	0.795335 (0.0002)
C	-0.869548 (0.0000)	-0.953111 (0.0000)	-1.527483 (0.0000)	-0.613015 (0.0005)
DESPEB	-0.166963 (0.4659)	0.123794 (0.5958)	0.028145 (0.9255)	-0.055613 (0.7934)
Y _{i, 2002}	0.808135 (0.0010)	1.265615 (0.0019)	1.594644 (0.0000)	0.873312 (0.0001)
C	-0.859059 (0.0000)	-0.947168 (0.0000)	-1.247511 (0.0000)	-0.542658 (0.0017)
DESPEB	-0.105549 (0.6452)	0.019446 (0.9319)	-0.223211 (0.4158)	-0.087136 (0.6782)
Y _{i, 2003}	0.783057 (0.0024)	0.486901 (0.0410)	0.659870 (0.0297)	0.757458 (0.0004)
C	-0.687287 (0.0005)	-0.869909 (0.0000)	-1.498564 (0.0000)	-0.565168 (0.0008)
DESPP	-4.66E-08 (0.0906)	-1.87E-09 (0.6903)	-1.58E-09 (0.8215)	-1.16E-08 (0.4475)
Y _{i, 2002}	0.858088 (0.0006)	1.227183 (0.0025)	1.581994 (0.0000)	0.898756 (0.0000)
C	-0.699297 (0.0003)	-0.914909 (0.0000)	-1.332740 (0.0000)	-0.490287 (0.0030)
DESPP	-3.45E-08 (0.1576)	-3.52E-09 (0.6439)	-3.14E-09 (0.6839)	-1.54E-08 (0.3221)
Y _{i, 2003}	0.779799 (0.0026)	0.509781 (0.0335)	0.707435 (0.0203)	0.796137 (0.0002)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.852735 (0.0000)	-0.901630 (0.0000)	-1.452042 (0.0000)	-0.589899 (0.0007)
DESPPB	-0.209072 (0.3610)	0.027759 (0.9050)	-0.116075 (0.6992)	-0.104959 (0.6203)
$Y_{i, 2002}$	0.819620 (0.0009)	1.242246 (0.0023)	1.553408 (0.0000)	0.875582 (0.0000)
C	-0.859059 (0.0000)	-0.886296 (0.0000)	-1.189938 (0.0000)	-0.515559 (0.0023)
DESPPB	-0.105549 (0.6452)	-0.108357 (0.6351)	-0.354584 (0.2027)	-0.149273 (0.4776)
$Y_{i, 2003}$	0.783057 (0.0024)	0.494574 (0.0387)	0.644211 (0.0349)	0.767702 (0.0003)
C	-0.626998 (0.2670)	-0.342924 (0.5509)	-0.906594 (0.2023)	-0.371316 (0.4902)
DESPP_RCL	-0.763833 (0.5563)	-1.283692 (0.3357)	-1.427706 (0.3865)	-0.627091 (0.6033)
$Y_{i, 2002}$	0.822888 (0.0008)	1.223955 (0.0026)	1.557631 (0.0000)	0.869256 (0.0001)
C	-0.800668 (0.1653)	-0.338592 (0.5521)	-0.574607 (0.3801)	-0.183591 (0.7312)
DESPP_RCL	-0.263400 (0.8401)	-1.413602 (0.2809)	-1.851999 (0.2264)	-0.942983 (0.4355)
$Y_{i, 2003}$	0.795000 (0.0020)	0.485022 (0.0427)	0.650951 (0.0328)	0.759589 (0.0004)
C	-0.747662 (0.0000)	-0.843815 (0.0000)	-1.449115 (0.0000)	-0.553166 (0.0005)
DESPPS	-6.57E-08 (0.1466)	-1.00E-08 (0.6185)	-1.79E-08 (0.5856)	-2.32E-08 (0.3116)
$Y_{i, 2002}$	0.821212 (0.0010)	1.216429 (0.0028)	1.581564 (0.0000)	0.884948 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.737290 (0.0000)	-0.876610 (0.0000)	-1.296209 (0.0000)	-0.478648 (0.0021)
DESPS	-5.28E-08 (0.1891)	-1.79E-08 (0.4441)	-1.66E-08 (0.5616)	-3.16E-08 (0.2069)
Y _{i, 2003}	0.773747 (0.0028)	0.516943 (0.0318)	0.707577 (0.0204)	0.794153 (0.0003)
C	-0.908542 (0.0000)	-0.852523 (0.0000)	-1.350408 (0.0000)	-0.627228 (0.0003)
DESPSB	-0.084173 (0.7120)	-0.067790 (0.7706)	-0.353598 (0.2488)	-0.029359 (0.8897)
Y _{i, 2002}	0.813915 (0.0009)	1.221182 (0.0028)	1.507617 (0.0000)	0.876978 (0.0000)
C	-0.919162 (0.0000)	-0.853100 (0.0000)	-1.124384 (0.0000)	-0.570706 (0.0010)
DESPSB	0.009306 (0.9678)	-0.177727 (0.4363)	-0.506113 (0.0753)	-0.033089 (0.8747)
Y _{i, 2003}	0.801874 (0.0021)	0.491910 (0.0395)	0.619032 (0.0453)	0.760632 (0.0004)
C	-0.781684 (0.0000)	-0.874908 (0.0000)	-1.500548 (0.0000)	-0.652129 (0.0000)
PIB	-2.22E-09 (0.1320)	-7.25E-11 (0.6908)	-8.40E-11 (0.8345)	-3.92E-10 (0.5203)
Y _{i, 2002}	0.839006 (0.0008)	1.226668 (0.0025)	1.581848 (0.0000)	0.970620 (0.0000)
C	-0.768590 (0.0000)	-0.924971 (0.0000)	-1.340871 (0.0000)	-0.537156 (0.0003)
PIB	-1.68E-09 (0.2069)	-1.23E-10 (0.6400)	-1.26E-10 (0.7181)	-5.05E-10 (0.4077)
Y _{i, 2003}	0.770479 (0.0029)	0.506766 (0.0343)	0.707182 (0.0203)	0.784269 (0.0003)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.882303 (0.0000)	-0.953111 (0.0000)	-1.569469 (0.0000)	-0.613293 (0.0004)
PIBB	-0.146857 (0.5204)	0.123794 (0.5958)	0.105899 (0.7223)	-0.059391 (0.7791)
$Y_{i, 2002}$	0.823784 (0.0008)	1.265615 (0.0019)	1.612300 (0.0000)	0.878073 (0.0000)
C	-0.902781 (0.0000)	-0.935441 (0.0000)	-1.300575 (0.0000)	-0.558616 (0.0011)
PIBB	-0.021529 (0.9251)	-0.003697 (0.9870)	-0.105324 (0.6979)	-0.058761 (0.7794)
$Y_{i, 2003}$	0.796450 (0.0020)	0.486648 (0.0412)	0.670777 (0.0269)	0.761955 (0.0004)
C	-0.661559 (0.0223)	-0.981546 (0.0000)	-1.346921 (0.0005)	-0.483600 (0.0342)
PIBC	-0.000111 (0.2649)	3.47E-05 (0.6257)	-6.40E-05 (0.6459)	-6.06E-05 (0.3870)
$Y_{i, 2002}$	0.803967 (0.0012)	1.257361 (0.0020)	1.563586 (0.0000)	0.880246 (0.0000)
C	-0.682263 (0.0283)	-0.977429 (0.0000)	-1.079462 (0.0046)	-0.485884 (0.0342)
PIBC	-8.64E-05 (0.4208)	1.48E-05 (0.8314)	-0.000107 (0.4425)	-3.71E-05 (0.5828)
$Y_{i, 2003}$	0.754540 (0.0038)	0.488177 (0.0405)	0.659643 (0.0298)	0.752741 (0.0005)
C	-0.873129 (0.0000)	-0.856167 (0.0000)	-1.345352 (0.0000)	-0.527837 (0.0023)
PICB	-0.156857 (0.4931)	-0.062756 (0.7857)	-0.415083 (0.1732)	-0.230385 (0.2782)
$Y_{i, 2002}$	0.807023 (0.0010)	1.233784 (0.0023)	1.639303 (0.0000)	0.869818 (0.0001)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.855101 (0.0000)	-0.899875 (0.0000)	-1.241202 (0.0000)	-0.476717 (0.0056)
PIBCB	-0.114780 (0.6164)	-0.076755 (0.7361)	-0.245244 (0.3723)	-0.218652 (0.2992)
$Y_{i, 2003}$	0.782742 (0.0024)	0.486143 (0.0413)	0.666840 (0.0274)	0.749273 (0.0005)
C	-0.675656 (0.0012)	-0.871771 (0.0000)	-1.500891 (0.0000)	-0.577524 (0.0006)
RCL	-2.07E-08 (0.1171)	-6.93E-10 (0.6968)	-5.46E-10 (0.8274)	-4.14E-09 (0.5083)
$Y_{i, 2002}$	0.848301 (0.0007)	1.227678 (0.0025)	1.582960 (0.0000)	0.899477 (0.0000)
C	-0.691981 (0.0005)	-0.918191 (0.0000)	-1.336490 (0.0000)	-0.506813 (0.0019)
RCL	-1.53E-08 (0.1716)	-1.27E-09 (0.6078)	-1.09E-09 (0.6502)	-5.38E-09 (0.3912)
$Y_{i, 2003}$	0.778437 (0.0027)	0.508515 (0.0339)	0.706864 (0.0204)	0.791985 (0.0002)
C	-0.873625 (0.0000)	-1.126140 (0.0000)	-1.683791 (0.0000)	-0.714031 (0.0000)
RCLB	-0.168689 (0.4613)	0.421077 (0.0780)	0.296491 (0.3306)	0.144164 (0.4961)
$Y_{i, 2002}$	0.830295 (0.0008)	1.352195 (0.0009)	1.671326 (0.0000)	0.877328 (0.0000)
C	-0.881861 (0.0000)	-1.103028 (0.0000)	-1.374815 (0.0000)	-0.671685 (0.0001)
RCLB	-0.063222 (0.7810)	0.300589 (0.1918)	0.040985 (0.8799)	0.162115 (0.4405)
$Y_{i, 2003}$	0.794415 (0.0020)	0.502855 (0.0355)	0.682692 (0.0246)	0.764125 (0.0004)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.704741 (0.0005)	-0.871600 (0.0000)	-1.490109 (0.0000)	-0.579657 (0.0006)
RO	-1.70E-08 (0.1316)	-6.65E-10 (0.6989)	-4.19E-10 (0.8417)	-3.73E-09 (0.5287)
Y _{i, 2002}	0.840898 (0.0008)	1.227823 (0.0025)	1.448910 (0.0000)	0.898902 (0.0000)
C	-0.714665 (0.0002)	-0.917545 (0.0000)	-1.336369 (0.0000)	-0.506286 (0.0020)
RO	-1.26E-08 (0.1907)	-1.24E-09 (0.6000)	-1.02E-09 (0.6419)	-5.09E-09 (0.3936)
Y _{i, 2003}	0.775583 (0.0027)	0.508692 (0.0338)	0.705804 (0.0206)	0.792289 (0.0002)
C	-0.873625 (0.0000)	-1.064817 (0.0000)	-1.683791 (0.0000)	-0.687981 (0.0001)
ROB	-0.168689 (0.4613)	0.319747 (0.1762)	0.296491 (0.3306)	0.091674 (0.6650)
Y _{i, 2002}	0.830295 (0.0008)	1.320230 (0.0012)	1.671326 (0.0000)	0.879334 (0.0000)
C	-0.881861 (0.0000)	-1.047754 (0.0000)	-1.374815 (0.0000)	-0.632831 (0.0003)
ROB	-0.063222 (0.7810)	0.205698 (0.3688)	0.040985 (0.8799)	0.088330 (0.6739)
Y _{i, 2003}	0.794415 (0.0020)	0.495267 (0.0379)	0.682692 (0.0246)	0.762209 (0.0004)
C	-0.943137 (0.0000)	-0.882287 (0.0000)	-1.512862 (0.0000)	-0.636491 (0.0000)
RP	-9.76E-09 (0.7147)	-6.26E-09 (0.7948)	5.26E-10 (0.9851)	-1.91E-08 (0.3659)
Y _{i, 2002}	0.816367 (0.0009)	1.233085 (0.0023)	1.586414 (0.0000)	0.902325 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.906968 (0.0000)	-0.932982 (0.0000)	-1.349358 (0.0000)	-0.582170 (0.0000)
RP	-9.67E-09 (0.7124)	-1.32E-08 (0.5824)	-1.06E-08 (0.6796)	-1.79E-08 (0.3945)
Y _{i, 2003}	0.797806 (0.0018)	0.503935 (0.0358)	0.698414 (0.0223)	0.784073 (0.0003)
C	-1.065793 (0.0000)	-0.879516 (0.0000)	-1.647293 (0.0000)	-0.709295 (0.0000)
RPB	0.469352 (0.0785)	-0.034546 (0.9018)	0.448285 (0.1774)	0.267003 (0.2964)
Y _{i, 2002}	0.833948 (0.0008)	1.234775 (0.0023)	1.668643 (0.0000)	0.897489 (0.0000)
C	-1.006532 (0.0000)	-0.928061 (0.0000)	-1.405058 (0.0000)	-0.627884 (0.0000)
RPB	0.403038 (0.1256)	-0.040952 (0.8829)	0.211344 (0.4957)	0.181270 (0.4732)
Y _{i, 2003}	0.781387 (0.0025)	0.485321 (0.0417)	0.679212 (0.0247)	0.762019 (0.0004)
C	-0.814606 (0.0000)	-0.879673 (0.0000)	-1.506492 (0.0000)	-0.631952 (0.0000)
RT	-2.52E-07 (0.1849)	-4.45E-09 (0.7035)	-4.03E-09 (0.8341)	-1.53E-08 (0.8314)
Y _{i, 2002}	0.839943 (0.0008)	1.229982 (0.0024)	1.583552 (0.0000)	0.903710 (0.0000)
C	-0.796833 (0.0000)	-0.932855 (0.0000)	-1.348993 (0.0000)	-0.577830 (0.0001)
RT	-1.93E-07 (0.2350)	-6.78E-09 (0.6199)	-6.58E-09 (0.6811)	-1.46E-08 (0.8222)
Y _{i, 2003}	0.781524 (0.0025)	0.506040 (0.0346)	0.707132 (0.0204)	0.786262 (0.0003)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.886547 (0.0000)	-1.184334 (0.0000)	-1.605010 (0.0000)	-0.732423 (0.0000)
RTB	-0.131145 (0.5651)	0.508162 (0.0360)	0.169565 (0.5670)	0.171341 (0.4199)
Y _{i, 2002}	0.816531 (0.0009)	1.385258 (0.0007)	1.619635 (0.0000)	0.888516 (0.0000)
C	-0.883066 (0.0000)	-1.160443 (0.0000)	-1.366169 (0.0000)	-0.700529 (0.0001)
RTB	-0.059219 (0.7953)	0.390056 (0.0933)	0.024726 (0.9274)	0.203087 (0.3374)
Y _{i, 2003}	0.792201 (0.0021)	0.524483 (0.0298)	0.681342 (0.0250)	0.783734 (0.0003)
C	-0.649995 (0.0028)	-0.867343 (0.0000)	-1.497402 (0.0000)	-0.563684 (0.0011)
RTC	-2.31E-08 (0.1079)	-1.02E-09 (0.6957)	-8.06E-10 (0.8250)	-5.16E-09 (0.4662)
Y _{i, 2002}	0.841657 (0.0008)	1.226475 (0.0025)	1.582496 (0.0000)	0.896637 (0.0000)
C	-0.667843 (0.0013)	-0.908340 (0.0000)	-1.327885 (0.0000)	-0.487358 (0.0039)
RTC	-1.75E-08 (0.1603)	-1.99E-09 (0.5720)	-1.71E-09 (0.6275)	-6.91E-09 (0.3359)
Y _{i, 2003}	0.774365 (0.0028)	0.509229 (0.0337)	0.706158 (0.0205)	0.792352 (0.0002)
C	-0.873625 (0.0000)	-1.126140 (0.0000)	-1.683791 (0.0000)	-0.727293 (0.0000)
RTCB	-0.168689 (0.4613)	0.421077 (0.0780)	0.296491 (0.3306)	0.167393 (0.4298)
Y _{i, 2002}	0.830295 (0.0008)	1.352195 (0.0009)	1.671326 (0.0000)	0.882081 (0.0000)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.881861 (0.0000)	-1.103028 (0.0000)	-1.374815 (0.0000)	-0.671685 (0.0001)
RTCB	-0.063222 (0.7810)	0.300589 (0.1918)	0.040985 (0.8799)	0.162115 (0.4405)
$Y_{i, 2003}$	0.794415 (0.0020)	0.502855 (0.0355)	0.682692 (0.0246)	0.764125 (0.0004)
C	-0.950457 (0.0000)	-0.887147 (0.0000)	-1.512390 (0.0000)	-0.642061 (0.0000)
$Y_{i, 2002}$	0.818144 (0.0009)	1.235902 (0.0023)	1.586181 (0.0000)	0.877898 (0.0000)
C	-0.914116 (0.0000)	-0.937262 (0.0000)	-1.353174 (0.0000)	-0.587749 (0.0000)
$Y_{i, 2003}$	0.799931 (0.0018)	0.486518 (0.0411)	0.678684 (0.0248)	0.761490 (0.0004)
C	-1.019737 (0.0000)	-0.964491 (0.0000)	-1.519221 (0.0000)	-0.764288 (0.0000)
$Y_{i, 2002}$	0.595251 (0.0310)	1.089077 (0.0109)	1.530674 (0.0001)	0.690097 (0.0031)
$Y_{i, 2003}$	0.523097 (0.0689)	0.276616 (0.2832)	0.106383 (0.7783)	0.504342 (0.0311)
C	-0.550836 (0.0004)	-0.756800 (0.0000)	-1.149316 (0.0000)	-0.208354 (0.1452)
DESPAS	-3.35E-07 (0.1758)	-2.79E-08 (0.6770)	-8.61E-08 (0.7374)	-1.48E-07 (0.4746)
C	-0.539208 (0.0003)	-0.823442 (0.0000)	-1.075723 (0.0000)	-0.194028 (0.1745)
DESPASB	-0.369250 (0.0990)	0.096943 (0.6667)	-0.259455 (0.3307)	-0.189540 (0.3547)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.462902 (0.0151)	-0.757234 (0.0000)	0.117726 (0.0000)	-0.227041 (0.0836)
DESPE	-4.84E-08 (0.1420)	-2.54E-09 (0.7272)	-2.21E-10 (0.8563)	-9.68E-09 (0.5121)
C	-0.615141 (0.0001)	-0.779140 (0.0000)	-1.075723 (0.0000)	-0.226885 (0.1132)
DESPEB	-0.198965 (0.3697)	0.009575 (0.9660)	-0.259455 (0.3307)	-0.121870 (0.5513)
C	-0.475441 (0.0083)	-0.752141 (0.0000)	-1.176353 (0.0000)	-0.196763 (0.1501)
DESPP	-3.93E-08 (0.1346)	-2.65E-09 (0.6751)	-2.19E-09 (0.7627)	-1.28E-08 (0.3646)
C	-0.615141 (0.0001)	-0.736316 (0.0000)	-1.020076 (0.0000)	-0.226885 (0.1132)
DESPPB	-0.198965 (0.3697)	-0.077790 (0.7296)	-0.399112 (0.1413)	-0.121870 (0.5513)
C	-0.441179 (0.4173)	-0.169291 (0.7604)	-0.313765 (0.6158)	0.141992 (0.7803)
DESPP_RCL	-0.633456 (0.6138)	-1.432297 (0.2681)	-2.111514 (0.1545)	-1.007783 (0.3904)
C	-0.519902 (0.0014)	-0.716174 (0.0000)	-1.139520 (0.0000)	-0.182351 (0.1435)
DESPS	-6.03E-08 (0.1659)	-1.47E-08 (0.4799)	-1.45E-08 (0.5669)	-2.73E-08 (0.1968)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.694802 (0.0000)	-0.967422 (0.0000)	-0.259990 (0.0703)
DESPSB	-0.115112 (0.6029)	-0.165522 (0.4631)	-0.547193 (0.0496)	-0.054372 (0.7903)
C	-0.546587 (0.0003)	-0.759182 (0.0000)	-1.181379 (0.0000)	-0.230528 (0.0455)
PIB	-2.06E-09 (0.1770)	-1.03E-10 (0.6892)	-9.27E-11 (0.7789)	-5.06E-10 (0.3637)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.654452 (0.0000)	-0.779140 (0.0000)	-1.134917 (0.0000)	-0.259990 (0.0703)
PIBB	-0.115112 (0.6029)	0.009575 (0.9660)	-0.124743 (0.6368)	-0.054372 (0.7903)
C	-0.333810 (0.2791)	-0.801321 (0.0002)	-0.880612 (0.0179)	-0.138675 (0.4965)
PIBC	-0.000149 (0.2026)	1.01E-05 (0.8845)	-0.000125 (0.3808)	-5.62E-05 (0.4018)
C	-0.615141 (0.0001)	-0.736316 (0.0000)	-1.075723 (0.0000)	-0.161379 (0.2577)
PIBCB	-0.198965 (0.3697)	-0.077790 (0.7296)	-0.259455 (0.3307)	-0.257472 (0.2094)
C	-0.460443 (0.0162)	-0.754792 (0.0000)	-1.180465 (0.0000)	-0.208876 (0.1212)
RCL	-1.80E-08 (0.1500)	-9.63E-10 (0.6640)	-6.82E-10 (0.7608)	-4.62E-09 (0.4211)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.917321 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.361202 (0.0129)
RCLB	-0.115112 (0.6029)	0.273175 (0.2277)	0.007667 (0.9768)	0.147999 (0.4695)
C	-0.484125 (0.0082)	-0.754461 (0.0000)	-1.180581 (0.0000)	-0.208830 (0.1236)
RO	-1.50E-08 (0.1612)	-9.27E-10 (0.6605)	-6.38E-10 (0.7626)	-4.34E-09 (0.4272)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.869424 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
ROB	-0.115112 (0.6029)	0.184681 (0.4129)	0.007667 (0.9768)	0.080474 (0.6939)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.703114 (0.0000)	-0.768612 (0.0000)	-1.192205 (0.0000)	-0.279116 (0.0068)
RP	-1.05E-08 (0.6668)	-7.88E-09 (0.7393)	-3.00E-09 (0.9079)	-1.04E-08 (0.6163)
C	-0.818235 (0.0000)	-0.761630 (0.0000)	-1.240269 (0.0000)	0.371901 (0.0000)
RPB	0.440843 (0.0845)	-0.059162 (0.8293)	0.191137 (0.5305)	0.069276 (0.4670)
C	-0.576337 (0.0001)	-0.766289 (0.0000)	-1.188250 (0.0000)	-0.267996 (0.0206)
RT	-2.39E-07 (0.2168)	-5.37E-09 (0.6827)	-4.19E-09 (0.7724)	-1.85E-08 (0.8196)
C	-0.644146 (0.0000)	-0.958794 (0.0000)	-1.190713 (0.0000)	-0.348756 (0.0169)
RTB	-0.134993 (0.5418)	0.343653 (0.1313)	-0.007667 (0.9768)	0.121870 (0.5513)
C	-0.433386 (0.0314)	-0.747211 (0.0000)	-1.174571 (0.0000)	-0.190535 (0.1738)
RTC	-2.05E-08 (0.1353)	-1.51E-09 (0.6407)	-1.10E-09 (0.7478)	-6.03E-09 (0.3557)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.917321 (0.0000)	-1.198380 (0.0000)	-0.361202 (0.0129)
RTCB	-0.115112 (0.6029)	0.273175 (0.2277)	0.007667 (0.9768)	0.147999 (0.4695)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.654452 (0.0000)	-0.615141 (0.0001)	-0.759810 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
DESPASB	-0.304342 (0.1832)	0.160477 (0.4500)	-0.307761 (0.1966)	0.012742 (0.9505)
C	-0.750806 (0.0000)	-0.635838 (0.0000)	-0.979276 (0.0000)	-0.379544 (0.0011)
DESPE	-8.34E-09 (0.6101)	1.74E-08 (0.3497)	1.12E-08 (0.2088)	9.73E-09 (0.3336)
C	-0.539208 (0.0003)	-0.539208 (0.0003)	-0.726500 (0.0000)	-0.194028 (0.1745)
DESPEB	-0.587798 (0.0124)	0.011068 (0.9584)	-0.392459 (0.1026)	-0.260636 (0.2057)
C	-0.740887 (0.0000)	-0.599769 (0.0000)	-0.953611 (0.0000)	-0.357500 (0.0010)
DESPP	-8.88E-09 (0.5840)	8.75E-09 (0.5231)	5.10E-09 (0.2667)	4.47E-09 (0.4083)
C	-0.576759 (0.0001)	-0.654452 (0.0000)	-0.716498 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
DESPPB	-0.490812 (0.0346)	0.235601 (0.2684)	-0.410508 (0.0878)	0.012742 (0.9505)
C	0.821823 (0.2164)	-0.055026 (0.9283)	1.064810 (0.1333)	0.528179 (0.3727)
DESPP_RCL	-3.788119 (0.0145)	-1.102432 (0.4278)	-4.651039 (0.0056)	-1.955786 (0.1465)
C	-0.729273 (0.0000)	-0.572799 (0.0000)	-0.943624 (0.0000)	-0.345945 (0.0010)
DESPS	-1.99E-08 (0.4329)	6.25E-09 (0.3735)	6.00E-09 (0.2451)	4.54E-09 (0.3640)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.615141 (0.0001)	-0.654452 (0.0000)	-0.759810 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
DESPSB	-0.396545 (0.0850)	0.235601 (0.2684)	-0.307761 (0.1966)	0.012742 (0.9505)
C	-0.754726 (0.0000)	-0.570210 (0.0000)	-0.779937 (0.0000)	-0.375963 (0.0003)
PIB	-5.44E-10 (0.5307)	2.31E-10 (0.3159)	1.99E-10 (0.2521)	1.86E-10 (0.3443)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.654452 (0.0000)	-0.804596 (0.0000)	-0.395725 (0.0067)
PIBB	-0.304342 (0.1832)	0.235601 (0.2684)	-0.207089 (0.3821)	0.149096 (0.4679)
C	0.674116 (0.3026)	-0.419650 (0.0732)	-0.559658 (0.1090)	-0.077979 (0.7549)
PIBC	-0.000757 (0.0273)	-5.35E-05 (0.5882)	-0.000167 (0.3071)	-0.000115 (0.2944)
C	-0.502402 (0.0007)	-0.502402 (0.0007)	-0.633640 (0.0000)	-0.194028 (0.1745)
PIBCB	-0.688311 (0.0039)	-0.063547 (0.7646)	-0.626020 (0.0113)	-0.260636 (0.2057)
C	-0.740117 (0.0000)	-0.590046 (0.0000)	-0.788790 (0.0000)	-0.383690 (0.0005)
RCL	-3.94E-09 (0.5801)	3.12E-09 (0.5788)	1.59E-09 (0.2619)	1.95E-09 (0.4376)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.576759 (0.0001)	-0.814106 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
RCLB	-0.304342 (0.1832)	0.085688 (0.6864)	-0.189042 (0.4249)	0.012742 (0.9505)

Variáveis Explicativas	Variáveis Dependentes			
	Y1	Y2	Y3	Y4
C	-0.736653 (0.0000)	-0.590378 (0.0000)	-0.789485 (0.0000)	-0.384374 (0.0005)
RO	-4.05E-09 (0.5536)	3.02E-09 (0.5624)	1.55E-09 (0.2601)	1.92E-09 (0.4278)
C	-0.654452 (0.0000)	-0.576759 (0.0001)	-0.814106 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
ROB	-0.304342 (0.1832)	0.085688 (0.6864)	-0.189042 (0.4249)	0.012742 (0.9505)
C	-0.791318 (0.0000)	-0.551174 (0.0000)	-0.926355 (0.0000)	-0.334795 (0.0012)
RP	-1.11E-08 (0.6415)	2.65E-08 (0.3754)	2.20E-08 (0.2290)	2.39E-08 (0.3932)
C	-0.815766 (0.0000)	-0.375462 (0.0082)	-0.895780 (0.0000)	-0.153443 (0.2696)
RPB	0.040794 (0.8571)	-0.353944 (0.1001)	-0.017470 (0.9411)	-0.367021 (0.0770)
C	-0.786042 (0.0000)	-0.581306 (0.0000)	-0.940191 (0.0000)	-0.340146 (0.0012)
RT	-9.82E-09 (0.7659)	5.78E-08 (0.5287)	2.64E-08 (0.7804)	1.50E-08 (0.6425)
C	-0.736316 (0.0000)	-0.539208 (0.0003)	0.223684 (0.0000)	-0.327103 (0.0238)
RTB	-0.124008 (0.5845)	0.011068 (0.9584)	-0.080827 (0.1986)	0.012742 (0.9505)
C	-0.716483 (0.0000)	-0.591093 (0.0000)	-0.800092 (0.0000)	-0.392181 (0.0004)
RTC	-5.99E-09 (0.4814)	3.57E-09 (0.3956)	2.15E-09 (0.2630)	2.66E-09 (0.3577)
C	-0.615141 (0.0001)	-0.576759 (0.0001)	-0.769564 (0.0000)	-0.293381 (0.0418)
RTCB	-0.396545 (0.0850)	0.085688 (0.6864)	-0.289713 (0.2242)	-0.055374 (0.7873)